

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**CONTROVÉRSIAS NA TEORIA ECONÔMICA PÓS  
KEYNESIANA: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA DO  
DEBATE DAVIDSON *VERSUS* KING, LAVOIE E DOW**

THIAGO CARVALHO OLIVEIRA

Matrícula nº: 108019656

ORIENTADOR: Prof. Dr. Franklin Leon Peres Serrano

SETEMBRO 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**CONTROVÉRSIAS NA TEORIA ECONÔMICA PÓS  
KEYNESIANA: UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA DO  
DEBATE DAVIDSON *VERSUS* KING, LAVOIE E DOW**

---

THIAGO CARVALHO OLIVEIRA  
Matrícula nº: 108019656

ORIENTADOR: Prof. Dr. Franklin Leon Peres Serrano

SETEMBRO 2013

*As opiniões expressas nesse trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.*

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é fazer uma avaliação crítica do debate envolvendo, de um lado, Paul Davidson, defensor de uma definição axiomática bastante restritiva da teoria econômica Pós Keynesiana, e, de outro, John King, Marc Lavoie e Sheila Dow, defensores de uma definição mais ampla para essa mesma escola de pensamento econômico. Com isso, pretende-se compreender os aspectos essenciais do pensamento Pós Keynesiano, e, por consequência, quem deve ou não ser rotulado como um economista Pós Keynesiano. Assim, em oposição à definição mais restritiva de Davidson, baseada na rejeição dos axiomas restritivos clássicos e na adoção do modelo de oferta e demanda agregada, King, Lavoie e Dow defendem uma frente Pós Keynesiana mais ampla, que abarque diferentes correntes de pensamento heterodoxo que, apesar de utilizarem estruturas analíticas diversas, tenham em comum aspectos como a defesa do princípio da demanda efetiva e do papel da incerteza e da não neutralidade da moeda em uma economia monetária de produção. Conclui-se que, embora Davidson tenha motivos razoáveis para estabelecer limites mais claros e coerentes para a definição de Pós Keynesianismo, sua definição é excessivamente restritiva, diminuindo assim o alcance da economia Pós Keynesiana e limitando suas possibilidades de desenvolvimento teórico-analítico.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I: John King e a História da Economia Pós Keynesiana .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO II: Paul Davidson: definição estreita de Pós Keynesianismo..</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO III: John King, Marc Lavoie e Sheila Dow: definição ampla de Pós Keynesianismo .....</b>	<b>42</b>
III.1 - Lavoie: Changing Definitions .....	42
III.2 - King: Unwarping the Record .....	45
III.3 - Dow: Axioms and Babylonian Thought .....	49
<b>CAPÍTULO IV: Avaliação Crítica do Debate .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

A ciência econômica – como toda ciência social – tem sido permeada, desde o seu advento, por inúmeras controvérsias acerca de temas diversos. Pode-se dizer que o desenvolvimento da ciência econômica depende, em grande medida, do resultado dessas controvérsias, ou seja, da qualidade das soluções apresentadas para os dilemas enfrentados e, sobretudo, dos vencedores dos debates – o que depende, cabe ressaltar, não somente da qualidade das soluções, mas do contexto que envolve o debate, de questões políticas, retóricas, etc. Assim, o interesse pelos debates e controvérsias que acompanham a História do Pensamento Econômico se justifica pelo fato de que não é possível compreender plenamente os desenvolvimentos do campo teórico-analítico sem a compreensão dos debates que os desencadearam.

A dissertação desenvolvida está inserida no âmbito dos debates e controvérsias que tem havido no contexto específico da teoria econômica Pós Keynesiana, em especial o debate envolvendo, de um lado, Paul Davidson, defensor de uma definição bastante restritiva de economia Pós Keynesiana, e, de outro, John King, Marc Lavoie e Sheila Dow, defensores de uma definição mais ampla para essa mesma corrente do pensamento econômico. Trata-se, portanto, de definir os limites que cercam a teoria econômica Pós Keynesiana, e, portanto, quem pode ou não ser rotulado como um economista Pós Keynesiano.

Para Davidson, somente aqueles seguidores das ideias de Keynes que adotam explicitamente o modelo analítico de oferta e demanda agregadas associado ao *princípio da demanda efetiva* – esboçado por Keynes no terceiro capítulo da *Teoria Geral*, e desenvolvido de forma mais completa posteriormente por Sidney Weintraub –, bem como os conceitos de *incerteza fundamental* e de *estado de confiança* como norteadores da tomada de decisão em uma *economia monetária de produção*, podem ser considerados Pós Keynesianos. Isso implica na rejeição de três axiomas da teoria clássica: 1) o axioma da substitutibilidade bruta; 2) o axioma da neutralidade da moeda e 3) o axioma da ergodicidade. Segundo esse autor, os chamados Pós Keynesianos de Cambridge – e.g., Kalecki, Sraffa, Robinson –, bem como alguns dos Pós Keynesianos Americanos – e.g., Minsky, Eichner – são pensadores clássicos,

no sentido de que, ao não incorporar a totalidade dos elementos citados acima, não incorporam o caráter revolucionário da *Teoria Geral* de Keynes.

King, Lavoie e Dow criticam esse fundamentalismo de Davidson e sua definição estreita de Pós Keynesianismo; ao contrário do que propõe Davidson, esses autores não concebem a *Teoria Geral* como uma obra acabada que provê um modelo único para abordar todos os problemas econômicos. Nessa concepção mais ampla, são admitidos desenvolvimentos das ideias de Keynes que transcendem o modelo estrito descrito na *Teoria Geral*, e, além disso, defende-se o pluralismo metodológico, e não um método único baseado na *Teoria Geral*.

O trabalho será estruturado em quatro capítulos, além dessa introdução. No primeiro capítulo, será abordada a definição ampla de Pós Keynesianismo defendida por King a partir de seu livro, *A History of Post Keynesian Economics Since 1936* (King, 2002), que traz um excelente relato do desenvolvimento do pensamento Pós Keynesiano, desde o seu advento nos anos 1930, com as teorias de crescimento e distribuição dos Pós Keynesianos de Cambridge, passando pelo surgimento dos Pós Keynesianos Americanos, que enfatizaram a importância da incerteza e de questões monetárias, e culminando com o fracasso na luta contra a ortodoxia, apesar da importante vitória na controvérsia do capital – capitaneada por Sraffa e Robinson, contra a síntese neoclássica – e do grande otimismo na luta contra o monetarismo de Milton Friedman, nos anos 1970.

No segundo capítulo, será relatada a reação de Davidson contra essa definição ampla de Pós Keynesianismo apresentada por King, e a reafirmação, por parte de Davidson, de uma definição axiomática extremamente restritiva para a economia Pós Keynesiana, que exclui não só Kalecki, Sraffa e seus seguidores, mas também importantes Pós Keynesianos Americanos, como Minsky e Eichner. No terceiro capítulo, discute-se as respostas de Lavoie, King e Dow à definição restritiva de Davidson, sob diversos aspectos. Lavoie enfatiza a mudança que houve entre a definição atual de Pós Keynesianismo defendida por Davidson e a definição que o mesmo defendia nos anos 1970 e 1980, quando aceitava entre os Pós Keynesianos tanto os Pós Keynesianos de Cambridge quanto os Pós Keynesianos Americanos. King, por sua vez, faz contundentes críticas à definição de Marx, Kalecki, Sraffa, Minsky e Eichner como pensadores clássicos, bem como à aceitação de Hicks como um economista Pós Keynesiano. Além disso, aponta diversas incoerências no pensamento de Keynes – como o endosso às interpretações walrasianas da *Teoria Geral* e a aceitação do primeiro postulado clássico – e, conseqüentemente, do próprio Davidson e de sua definição

axiomática da economia Pós Keynesiana. Por fim, Dow critica a afirmação de Davidson de que o pensamento babilônico permitiria o “vale-tudo” na ciência econômica, e sublinha que o pluralismo estruturado não é contrário à lógica dedutiva formal, e sim uma forma de compreender a lógica ordinária desenvolvida por Keynes na obra *Treatise on Probability*. Finalmente, no quarto capítulo será feita a avaliação crítica do debate, à luz da tréplica de Davidson, na qual o mesmo rebate os argumentos de Lavoie, King e Dow em favor de uma definição mais ampla de Pós Keynesianismo.



## CAPÍTULO I: John King e a História da Economia Pós Keynesiana

John King inicia seu livro, *A History of post Keynesian Economics Since 1936*, com uma interessante colocação de Thomas Palley: “O projeto Pós Keynesiano representa tanto uma recuperação quanto uma extensão do paradigma econômico desenvolvido por Keynes” (Palley, 1996, p. 9 apud King, 2002, p. 1). O projeto Pós Keynesiano representa uma recuperação do paradigma desenvolvido por Keynes na medida em que resgata aspectos essenciais de seu pensamento que haviam sido distorcidos ou negligenciados pela chamada síntese neoclássica; mas representa também uma extensão desse paradigma, pois levanta importantes questões não abordadas por Keynes na *Teoria Geral*, tais como crescimento, distribuição de renda e inflação (King, 2002, p. 1). O objetivo do livro é, em primeiro lugar, prover uma definição de Pós Keynesianismo, destacando o que seria a essência, o núcleo analítico dessa escola de pensamento. Isso implica em avaliar a possibilidade de defini-la em termos positivos, e não somente em termos de uma incoerente oposição à macroeconomia neoclássica. Em segundo lugar, King busca descrever o surgimento e desenvolvimento teórico da economia Pós Keynesiana desde os anos 1930, com a intenção de avaliar como, apesar de ter imposto grandes desafios à teoria econômica ortodoxa, o Pós Keynesianismo fracassou na sua tarefa de substituí-la no papel de força dominante na teoria econômica (ibid., p. 1).

O primeiro capítulo é dedicado à análise das primeiras reações à *Teoria Geral*, destacando o embate entre as interpretações walrasianas e não-walrasianas da principal obra de Keynes (ibid., p. 12). De fato, o modelo formulado por Keynes no capítulo 18 da *Teoria Geral* abre espaço para uma reformulação do mesmo em termos de um modelo de equilíbrio geral (ibid., p. 14), e esse foi o caminho seguido por John Hicks<sup>1</sup>. Essa interpretação da *Teoria Geral* foi compartilhada por outros autores da época – e.g., Brian Reddaway, Roy Harrod, James Meade, Oskar Lange, Franco Modigliani –, e deu origem à síntese neoclássica. Tal interpretação nega o caráter revolucionário da teoria keynesiana, ressaltando os aspectos

---

<sup>1</sup> Hicks, em seu artigo de 1937, forneceu sua interpretação da *Teoria Geral* como um modelo de três equações simultâneas: a demanda por moeda como função do nível da renda (via motivo transacional) e da taxa de juros (via motivo especulativo), gerando uma relação entre renda e taxa de juros que dá origem a uma curva positivamente inclinada (curva LM); o investimento como função da taxa de juros (via eficiência marginal do capital) e a renda como função do investimento (via propensão a consumir e multiplicador), dessas duas relações derivando-se as combinações entre renda e taxa de juros compatíveis com a igualdade entre poupança e investimento, dando origem a uma curva negativamente inclinada (curva IS). A interseção entre as curvas IS e LM informa uma solução de equilíbrio geral para o sistema econômico (Hicks, 1937, p.153 apud King, 2002, p. 16).

“clássicos” do pensamento de Keynes (ibid., pp. 15-18). Outro grupo de economistas, no entanto, desenvolveu, a partir da *Teoria Geral*, ideias bastante diversas das de Hicks e dos demais representantes da síntese neoclássica. King aponta que esses autores, responsáveis pela interpretação não-walrasiana da *Teoria Geral*, representam os primeiros pensadores Pós Keynesianos. São eles: Joan Robinson, Hugh Townshend e Nicholas Kaldor<sup>2</sup> (ibid., p. 18). King conclui que “Keynes foi incapaz de responder à controvérsia que sua obra despertou”, já que “Seu livro provocou duas diferentes e essencialmente incompatíveis interpretações, e ele se provou incapaz de escolher entre elas” (ibid., pp. 30, 34). Realmente, o fato de que Keynes não só não repudiou a interpretação de sua teoria em termos do modelo IS-LM, como “a endossou calorosamente” é amplamente comprovada por artigos e correspondências que contém as críticas de Keynes aos modelos de Harrod, Reddaway, Hicks e Lange<sup>3</sup> (ibid., p. 31). Por outro lado, King sublinha que Keynes também endossou as interpretações não-walrasianas de Robinson, Townshend e Kaldor<sup>4</sup> (ibid., p. 32).

---

<sup>2</sup> Robinson, em sua obra *Essays in the Theory of Employment* – considerada por King como o primeiro texto Pós Keynesiano –, não só desenvolve uma original análise heterodoxa sobre o mercado de trabalho, como também levanta importantes questões metodológicas que irão nortear o pensamento Pós Keynesiano, questionando a real possibilidade de estabilidade de um equilíbrio de longo prazo – para Robinson, a História sempre prevalece sobre qualquer tendência de equilíbrio (King, 2002, pp. 18-21). Conclusão semelhante no que tange à plausibilidade do equilíbrio de longo prazo é alcançada por Townshend em seu artigo sobre teoria monetária, no qual ressalta o papel das expectativas, do comportamento especulativo e das convenções, e conclui que, em uma condição de incerteza fundamental conforme proposta por Keynes, não há a possibilidade de elaborar previsões teóricas, e, portanto, qualquer análise de equilíbrio de longo prazo torna-se irrelevante (King, 2002, pp. 21-23). Finalmente, Kaldor, apesar de ter posições muito ambivalentes no desenvolvimento de seu pensamento, desenvolve abordagens heterodoxas interessantes em três temas fundamentais: teoria monetária, na qual questiona a exogeneidade da oferta de moeda, dando origem à chamada teoria horizontalista da oferta de moeda; teoria do capital, na qual rompe com a tradição austríaca e dá os primeiros passos de uma crítica que seria elaborada de forma mais completa posteriormente por Piero Sraffa; e distribuição, na qual desenvolve análises precursoras do que seria seu famoso artigo de 1956 sobre as *Teorias Alternativas da Distribuição* (King, 2002, pp. 23-25).

<sup>3</sup> Keynes em correspondência a Harrod: “Eu gosto do seu artigo (...) mais do que posso expressar. Eu o achei didático e esclarecedor, e realmente não tenho críticas. Penso que você reorientou o argumento maravilhosamente” (Keynes, 1973, p. 84 apud King, 2002, p. 31). Em correspondência a Reddaway: “Eu gostei da sua crítica ao meu livro (...) e acho que foi muito bem feita (Keynes, 1973, p. 70 apud King, 2002, p. 31). Em correspondência a Hicks: “Eu achei [seu artigo] muito interessante e realmente não tenho quase nada a dizer a título de crítica” (Keynes, 1973, p. 79 apud King, 2002, p. 31). E, finalmente, em artigo no qual elogia o modelo desenvolvido por Lange a partir da *Teoria Geral*: “Robertson refere-se com aprovação a um artigo do Dr. Lange [Lange, 1938] que segue de forma muito próxima e acurada minha linha de raciocínio. A análise que ofereci em minha *Teoria Geral do Emprego* é a mesma que a ‘teoria geral’ explicada pelo Dr. Lange na página 18 de seu artigo” (Keynes, 1938, p. 321, n1 apud King, 2002, p. 31).

<sup>4</sup> Keynes escreveu a Robinson: “Eu considero o livro como um todo um pouco desigual (...) Mas o efeito geral é esplêndido, cheio de originalidade e interesse” (Keynes, 1973, p. 147 apud King, 2002, p. 32). Apesar das correspondências entre Keynes e Townshend no período de 1936-38 terem sido perdidas, não há motivos para supor que houvesse fortes desaprovações de Keynes ao artigo de Townshend. E Keynes endossou as críticas de Kaldor a Pigou, à IS-LM, e outras (Keynes, 1973, pp. 266-7; cf. Young, 1987, pp. 112-13 apud King, 2002, p. 32).

King afirma, no entanto, que há outra forma de abordar o princípio da demanda efetiva, evitando as estruturas analíticas de Marshall e Walras, e utilizando ideias mais próximas ao pensamento de Marx – e esse foi o caminho trilhado por Michal Kalecki (ibid., p. 34). Apesar de não ser um marxista ortodoxo – Kalecki desprezava a teoria do valor-trabalho, e absorveu a filosofia do materialismo histórico principalmente de Rosa Luxemburgo e Tugan-Baranovsky –, o pensamento de Kalecki exibiu um forte caráter marxista, e nos anos 1940 ele convenceu Joan Robinson de que a Teoria Geral deveria ser melhor interpretada a partir de uma perspectiva marxista. Esse enfoque deu origem a uma corrente de keynesianos de esquerda, cuja maior representante foi Joan Robinson (ibid., pp. 49-50). Assim, no segundo capítulo de seu livro, King analisa as contribuições deste que, segundo ele, foi uma das mais importantes figuras da economia Pós Keynesiana, pois

“Além do considerável mérito intrínseco das suas ideias e do poder do seu sistema teórico, ele formou uma ponte crucial entre os pensamentos keynesiano e marxiano, que foi atravessada a partir de ambas as direções por economistas dissidentes do calibre de Joan Robinson, Paul Sweezy e Josef Steindl” (ibid., p. 36).

A essência da contribuição de Kalecki pode ser encontrada na sua análise dos ciclos econômicos, na qual, ao concluir que o investimento é a principal causa das flutuações cíclicas do produto, aponta para o fato de que as decisões de gasto – consumo e investimento – dos capitalistas é que determinam as flutuações da renda, e não o contrário. Nas palavras de Kalecki: “é claro que eles [capitalistas] podem decidir consumir e investir mais em um determinado período curto, mas eles não podem decidir ganhar mais” e, portanto, “[são] suas decisões de investimento e consumo que determinam os lucros, e não o contrário” (Kalecki, 1942, p. 259 apud King, 2002, p. 38). Isso torna Kalecki um precursor do princípio da demanda efetiva, tendo desenvolvido o argumento antes mesmo da publicação da *Teoria Geral*.

O impacto da *Teoria Geral* sobre o trabalho de Kalecki também é analisado por King. Nesse ponto, cabe ressaltar que Kalecki apontou a *Teoria Geral* como um ponto de inflexão na história do pensamento econômico (Kalecki, 1936 [1990] apud King, 2002, p. 39). Kalecki enfatiza dois aspectos da análise de Keynes: a determinação do equilíbrio de curto prazo com dada capacidade produtiva e a determinação do próprio nível de investimento. Enquanto, na opinião de Kalecki, o primeiro problema foi solucionado de forma bastante satisfatória

(Kalecki, 1936 [1990], p. 223 apud King, 2002, p. 39), a crítica fundamental de Kalecki à *Teoria Geral* refere-se à solução para o segundo problema (Asimakopulos, 1971 apud King, 2002, p. 40). Keynes argumentou que o investimento é uma função negativa da taxa de juros, porque o aumento do preço dos bens de investimento que resulta de um nível mais alto de investimento reduz a lucratividade esperada dos projetos subsequentes (King, 2002, p. 40). Porém, Kalecki observou que

“[o argumento de Keynes] não diz nada sobre a esfera das *decisões* de investimento dos empresários, que fazem seus cálculos em ‘desequilíbrio’ com base nos preços de mercado atuais dos bens de investimento (...) mostra apenas que se a lucratividade esperada, calculada com base nesse nível de preços, não é igual à taxa de juros, uma mudança no nível de investimento irá ocorrer... Utilizando a terminologia dos economistas suecos, pode-se dizer que a teoria de Keynes determina apenas o nível de investimento *ex post*, mas não diz nada sobre o investimento *ex ante* (Kalecki, 1936 [1990], p. 230 apud King, 2002, p. 40).

Além disso, há ainda outro problema: uma vez que um aumento no nível de investimento irá estimular a recuperação do nível de atividade econômica, é provável que cause também uma revisão para cima das expectativas de lucratividade, o que deverá induzir novos aumentos no nível de investimento. “Portanto, é difícil considerar que a solução de Keynes para o problema do investimento seja satisfatória. A razão para esse fracasso está em uma abordagem que é basicamente estática para uma questão que é, por natureza, dinâmica” (Kalecki, 1936 [1990], p. 231 apud King, 2002, p. 40).

King conclui afirmando que, se por um lado, não há uma obra-prima de Kalecki que sirva como referência definitiva do seu pensamento, é possível estabelecer uma síntese de suas principais ideias a partir dos seus diversos ensaios. De acordo com King, as características básicas de um modelo kaleckiano seriam as seguintes (King, 2002, pp. 54-55): (1) a teoria econômica deve ser realista, no sentido de que deve ser direcionada a uma análise da economia capitalista na qual a propriedade do capital traz poder além de renda, e na qual as decisões de trabalhadores, consumidores e famílias têm limitada significância; (2) o conflito de classes é uma característica fundamental do capitalismo, e os capitalistas, em especial, exibem um grau de consciência de classe altamente desenvolvido; (3) não há tal coisa como um longo prazo, definido independentemente do conjunto de curtos períodos que o constitui, e a noção de que a análise de equilíbrio neoclássica se aplica nesse longo prazo é

profundamente equivocada; (4) se há microfundamentos para a macroeconomia, há também “macrofundamentos” para a microeconomia: preço, distribuição e investimento serão definidos de forma bastante diferente em condições de pleno emprego ou de excesso de capacidade; (5) competição perfeita é um caso muito especial, apenas relevante para a agricultura; mercados de produtos industrializados são oligopolistas, e nesses mercados os preços são formados pela aplicação de um *mark-up* sobre os custos de produção, sendo esse *mark-up* maior quanto maior for o grau de monopólio; (6) a parcela dos lucros na renda depende do grau de monopólio, mas o nível dos lucros é determinado em agregado pelas decisões de investimento dos capitalistas, juntamente com o saldo da balança comercial e das contas públicas; (7) pleno emprego também é um caso especial, e é mais improvável em tempos de paz, a menos que o volume de gastos militares mantenha-se elevado; em outras palavras, é provável que o investimento privado seja muito baixo, e a parcela dos lucros na renda muito alta, para que a estagnação seja evitada sem que se recorra a uma solução “militar keynesiana”. Como King argumenta, essas proposições não correspondem a um sistema macroeconômico completo – como no caso da síntese neoclássica –, o que pode estar associado ao comprometimento de Kalecki com uma metodologia do tipo *open-system thinking*. Assim, há espaço para discussão sobre temas pouco explorados por Kalecki, sobretudo com relação ao papel da moeda e à importância da incerteza na análise de Kalecki (ibid., p. 55).

O tema, amplamente explorado por Kalecki, da “tragédia do investimento” – i.e., as consequências de longo prazo da acumulação de capital –, é explorado no terceiro capítulo. King procura fazer um relato dos esforços dos seguidores de Keynes para estender a economia keynesiana para o longo prazo – já que a *Teoria Geral* tratou apenas do curto prazo, e, portanto, não ofereceu qualquer teoria sobre o crescimento e a distribuição da renda. São apresentadas três contribuições: a pioneira teoria do crescimento de Harrod; a *Acumulação de Capital de Robinson*; e as *Teorias Alternativas da Distribuição* de Kaldor. A discussão sobre a acumulação de capital, por sua vez, foi responsável pela emergência da chamada controvérsia do capital, que é o tema do quarto capítulo. King inicia destacando a importância da teoria da produtividade marginal para a economia neoclássica, e os diferentes propósitos aos quais ela serve<sup>5</sup> (ibid., p. 79). Por trás dessa teoria, está a hipótese de que o capital é uma

---

<sup>5</sup> King destaca quatro funções desempenhadas pela teoria da produtividade marginal na teoria neoclássica: (1) explicar a existência do lucro em termos das “forças gêmeas da produtividade e da poupança”, e justificar o lucro em termos éticos; (2) explicar as parcelas do capital e do trabalho no produto total – no modelo mais simples, parcelas relativas constantes são dadas por uma função de produção de Cobb-Douglas; (3) explicar as flutuações

mercadoria como outra qualquer; em particular, é necessário supor que: (1) a “quantidade de capital” é uma noção inequívoca, e o capital pode ser medido sem dificuldades; (2) o capital é um bem “normal”, com uma curva de demanda negativamente inclinada. Dessa forma, o preço do capital – a taxa de juros – pode ser considerado um índice de escassez do capital, e a análise neoclássica usual de substituição pode ser aplicada ao capital (ibid., pp. 79-80).

De acordo com King, “Keynes não desafiou a teoria do capital predominante, à qual seu próprio conceito de ‘eficiência marginal’ estava intimamente relacionado” (ibid., p. 81). Além disso, “Keynes realmente endossou o ‘primeiro postulado clássico’” (ibid., p. 81), que iguala o salário real ao produto marginal do trabalho e estabelece uma relação negativa entre salário real e emprego agregado. “Analiticamente, ele permaneceu um marshalliano, comprometido, em termos gerais, pelo menos, com a tradicional teoria da produtividade marginal quando aplicada ao trabalho, se não (talvez) ao capital”, conclui King (ibid., p. 81). No entanto, as teorias do crescimento Pós Keynesianas citadas anteriormente iniciaram esse desafio, e no início dos anos 1960, esses economistas Pós Keynesianos “lançaram um ataque sustentado a todos os aspectos da análise ortodoxa do capital” (ibid., p. 80), dando início à controvérsia que “foi em grande parte responsável pelo surgimento da economia Pós Keynesiana como uma escola de pensamento distinta” (ibid., p. 80).

No entanto, ainda mais significativa do que os esforços de Robinson e Kaldor nesse sentido, foi a contribuição de Sraffa<sup>6</sup>, expressa em sua obra *Produção de Mercadorias Por Meio de Mercadorias*. King ressalta que “um dos objetivos de Sraffa foi reabilitar a economia clássica”, sendo o termo “clássico” utilizado aqui em um sentido diferente do utilizado por Keynes – enquanto em Keynes o termo “clássico” refere-se, em geral, aos pensadores neoclássicos, em Sraffa esse termo “denota a escola de pensamento que inclui Quesnay e Smith e culminou no trabalho de Ricardo e Marx” (ibid., p. 90). Seu maior objetivo, de fato,

---

cíclicas do investimento através da substituição entre capital e trabalho em resposta às mudanças nos preços relativos dos fatores de produção – como nas teorias austríacas do ciclo econômico; e (4) explicar, através desse mesmo mecanismo, a eliminação da *instabilidade fundamental* de Harrod pelos modelos neoclássicos de crescimento, com a reconciliação entre as taxas garantida e natural de crescimento sendo garantida através de ajustes na relação capital-produto induzidas pelas mudanças dos preços relativos dos fatores de produção.

<sup>6</sup> De acordo com King, “A reputação de Sraffa foi cimentada pela sua crítica devastadora da teoria marshalliana dos preços” (King, 2002, p. 82). Além disso, King cita, entre as esparsas publicações de Sraffa entre 1926 e 1960 – ano em que publica sua obra-prima –, o ataque ao livro *Prices and Production* de Hayek – no qual aponta que a teoria austríaca falha na distinção entre uma economia monetária e uma economia não monetária e na compreensão do papel da moeda como reserva de valor – e a brilhante introdução à sua nova edição dos *Princípios* de Ricardo, na qual oferece uma nova e distintiva interpretação da economia política clássica.

era provar que “uma rigorosa teoria do valor e da distribuição poderia ser articulada sem referência à produtividade marginal ou ao equilíbrio entre demanda e oferta” (ibid., p. 91). Ao assumir esse desafio, Sraffa levantou duas importantes possibilidades com relação à questão da escolha das técnicas, que constituíram os mais importantes questionamentos da economia Pós Keynesiana à teoria neoclássica do capital: (1) a reversão da intensidade do capital; e (2) o retorno das técnicas. De acordo com King:

“Retorno das técnicas e reversão da intensidade do capital enfraqueceram duas proposições fundamentais da teoria neoclássica do capital, que relacionam a taxa de lucro à intensidade do capital da tecnologia de produção. Os neoclássicos alegavam, primeiro, que reduções sucessivas da taxa de lucro induziriam firmas maximizadoras de lucros a mudar para novas técnicas com relações capital-trabalho continuamente crescentes. Essa alegação foi refutada pela possibilidade de retorno das técnicas, na qual técnicas com maior relação capital-trabalho anteriormente abandonadas retornam ao uso a uma taxa de lucro *mais baixa*. Os neoclássicos alegavam, em segundo lugar, que a relação entre a taxa de lucro e a relação capital-trabalho era monotonamente decrescente: taxas de lucro mais baixas estão associadas a maior uso do capital em relação ao trabalho. Isso foi refutado pela possibilidade de reversão da intensidade do capital, para a qual o retorno das técnicas é uma condição suficiente mas não necessária” (ibid., p. 96).

Essa foi a essência do ataque da economia Pós Keynesiana à economia neoclássica que caracterizou a controvérsia do capital, que envolveu economistas do quilate de Robinson, Kaldor e Sraffa, de Cambridge, no Reino Unido, de um lado, e Modigliani, Samuelson e Solow, do MIT, nos EUA, e James Meade, Christopher Bliss e Frank Hahn, também de Cambridge, Reino Unido, de outro. Os economistas Pós Keynesianos venceram o debate, pois os economistas neoclássicos foram incapazes de responder de forma coerente às questões levantadas. As estratégias neoclássicas para lidar com a derrota variaram: enquanto alguns simplesmente ignoraram a controvérsia do capital, outros assumiram a derrota nas questões analíticas levantadas, mas negaram sua importância (ibid. p. 100). O fato foi que a controvérsia do capital constituiu um episódio muito importante na história do pensamento econômico Pós Keynesiano, que deu esperanças de que o mesmo poderia se tornar a nova força dominante na ciência econômica e forneceu subsídios para o enfrentamento da ortodoxia que se estendeu para os anos 1970 – a batalha contra o mainstream nos anos 1970 será discutida posteriormente (ibid., p. 101-102).

No quinto capítulo, King apresenta os representantes de “uma vertente bastante diferente de Pós Keynesianismo” que surgiu nos EUA no início dos anos 1960, com a

contribuição de Sidney Weintraub, Hyman Minsky e Paul Davidson (ibid., p. 102). Tais economistas, que ficaram conhecidos como os Pós Keynesianos americanos, não estavam diretamente ligados aos Pós Keynesianos de Cambridge, no Reino Unido, e não participaram dos debates relativos à controvérsia do capital (ibid., p. 103); porém, tinham em comum com os Pós Keynesianos de Cambridge a visão crítica com relação à interpretação das ideias de Keynes oferecida pela síntese neoclássica. Duas das principais características dessa vertente de Pós Keynesianismo são: (1) o modelo de oferta e demanda agregada de demanda efetiva, descrito por Keynes no terceiro capítulo da *Teoria Geral*; de acordo com King, “Esse modelo desempenhou um importante papel na história inicial do Pós Keynesianismo nos Estados Unidos”, uma vez que “a negligência das condições de oferta agregada na síntese neoclássica foi central para as críticas de Sidney Weintraub e Paul Davidson” (ibid., p. 104); e (2) a defesa de políticas de rendas baseadas em impostos.

Weintraub foi o fundador do Pós Keynesianismo nos EUA, e foi quem desenvolveu de forma mais acabada o modelo de oferta e demanda agregada que Keynes apresentou, porém não formalizou, na *Teoria Geral*. Embora ainda apresentasse forte ligação com algumas ideias ortodoxas<sup>7</sup>, King destaca três componentes do pensamento de Weintraub, a partir do final dos anos 1950, que caracterizam o rompimento com o pensamento econômico ortodoxo: (1) o comprometimento com o modelo de oferta e demanda agregada, reinterpretado como um desafio à análise ortodoxa; (2) forte interesse na distribuição da renda entre lucros e salários, reinterpretada de forma crítica à síntese neoclássica; e (3) foco nas causas da inflação, com forte crítica direcionada à inabilidade do keynesianismo clássico em determinar o nível de preços simultaneamente aos níveis do produto real e do emprego (ibid., p. 106). Seu principal alvo era o *diagrama de cruz keynesiana* – inicialmente, Weintraub foi menos crítico do modelo IS-LM. Para Weintraub, o modelo de oferta e demanda agregada desenhado no espaço Z,N (renda agregada/emprego) superava as limitações do modelo tradicional no espaço P,Q (preço/quantidade). Tal modelo tornou-se a base de sua análise da distribuição da renda, e a junção desses dois desenvolvimentos ajudou a produzir uma teoria de *cost-push inflation* na qual a inflação é determinada por mudanças nos salários nominais (ibid., pp. 106-07). Essa teoria fez com que dedicasse as duas últimas décadas de sua vida à defesa de uma

---

<sup>7</sup> King destaca que, dos dois livros-texto publicados por Weintraub – *Price Theory* (1949) e *Income and Employment Analysis* (1951) –, o primeiro é basicamente marshalliano, enquanto o segundo oferece “entusiástico apoio da interpretação walrasiana de Keynes que foi fornecida por Lange, Hansen e Patinkin” (King, 2002, p. 106). Além disso, King afirma ainda que, na obra *An Approach to the Theory of Income Distribution*, Weintraub usa o modelo IS-LM sem oferecer uma crítica explícita desse modelo, e reafirma sua intenção de permanecer no mainstream da análise econômica (ibid., p. 106).



política de rendas baseada em impostos (*TIP*, do inglês *tax-based incomes policy*), que debelaria a inflação através de incentivos de mercado na forma de uma taxa sobre aumentos salariais excessivos (ibid., p. 108).

De acordo com King, “Não havia nada especialmente original na análise teórica de Weintraub”, pois ele mesmo admitia estar somente resgatando a teoria do nível de preços desenvolvida por Keynes. Além disso, o caráter constante das parcelas relativas dos lucros e salários na renda já havia sido reconhecido como um problema que merecia investigação, por exemplo, no artigo de Kaldor sobre as teorias alternativas da distribuição, e a abordagem de Weintraub para o problema da inflação já havia sido explicitada por Robinson e Meade, de tal modo que políticas salariais haviam sido consistentemente defendidas pelos Pós Keynesianos de Cambridge (ibid., p. 109). As principais contribuições de Weintraub, segundo King, foram: (1) sua persistente defesa de políticas de renda baseadas em impostos (*TIP*); e (2) seu habilidoso uso de sua equação de inflação para atacar a síntese neoclássica. Essa última contribuição fez com que se aproximasse dos Pós Keynesianos de Cambridge, em especial de Robinson, e sob influência de Robinson Weintraub mudou sua posição com relação a diversos problemas: passou a ser mais crítico das interpretações walrasianas da *Teoria Geral*; interessou-se mais pelo modelo de distribuição de Cambridge; celebrou repetidamente a “revolução de Kaldor-Kalecki-Robinson” na teoria econômica; repudiou a função de produção agregada neoclássica, e até reconheceu a compatibilidade entre as teorias de Keynes e Sraffa (ibid., pp. 109-10). No entanto,

“A ruptura de Weintraub com as velhas ideias nunca foi completa, como pode ser visto a partir dos seus contínuos esforços em juntar as vertentes macroeconômica e microeconômica na análise da distribuição e (...) em reabilitar o modelo IS-LM original de Hicks (Weintraub, 1982). Seu Pós Keynesianismo foi uma difícil, quase relutante, conquista” (ibid., p. 110).

Minsky, o segundo Pós Keynesiano americano, foi reconhecido principalmente pela sua hipótese de instabilidade financeira, segundo a qual o capitalismo é inerentemente instável devido ao modo de operação dos mercados financeiros. King afirma que, segundo Minsky:

“O sistema financeiro é intrinsecamente frágil, e esse fato é responsável pelo ciclo de negócios. O investimento deve ser financiado, e isso requer empréstimos dos bancos. Mas

os critérios de empréstimo dos banqueiros variam ao longo do ciclo, oscilando de desnecessariamente severos a excessivamente frouxos (...). Na medida em que a economia começa a se recuperar de uma crise, e as lembranças da crise anterior se desfazem, os emprestadores tornam-se menos e menos apreensivos a respeito da capacidade de pagamento de seus clientes. Em consequência, há um movimento de “proteção” a “especulação” (...) (ibid., p. 111).

A defesa dessa hipótese fez com que Minsky se tornasse “um mordaz crítico do keynesianismo neoclássico” representado pelo modelo IS-LM (ibid., p. 111). No entanto, apesar de ser um dos patronos do *Journal of Post Keynesian Economics*, Minsky nunca publicou nessa revista, o que comprova a afirmação de King sobre o caráter “extremamente individual” do Pós Keynesianismo de Minsky (ibid. p. 113). Segundo King, Minsky tinha quase tanta afinidade com os Novos Keynesianos quanto com os Pós Keynesianos (ibid., pp. 113-14); porém, ele não considerava “especialmente interessantes ou importantes” o modelo de oferta e demanda agregada ou as políticas de rendas baseadas em impostos – ambas características marcantes dos Pós Keynesianos americanos (ibid., p. 113). Além disso, Minsky não demonstrou interesse pela análise da produção, da operação dos mercados de produtos ou nas teorias de determinação dos níveis de preços. Temas que mobilizaram esforços dos Pós Keynesianos de Cambridge, como a controvérsia do capital e as teorias de crescimento e distribuição da renda não despertaram seu interesse (ibid., p. 113). Ainda assim, “o impacto de Minsky no desenvolvimento da economia Pós Keynesiana nos Estados Unidos foi considerável” (ibid., p. 114), tendo contribuição significativa sobre a perspectiva estruturalista da endogeneidade da moeda, e constituindo grande influência para sua aluna Victoria Chick (ibid., p. 114).

Finalmente, King registra a contribuição de Davidson para a escola Pós Keynesiana nos EUA. King começa por ressaltar uma das características que distinguiram Davidson desde muito cedo em sua carreira acadêmica: o interesse pela distribuição da renda. Sob a supervisão de Weintraub, Davidson escreveu sua tese de doutorado sobre a evolução histórica das teorias da distribuição, na qual rejeita tanto a abordagem de Kalecki, sobre as parcelas relativas dos lucros e salários na renda, quanto o modelo de Kaldor, baseado nas diferenças das propensões a poupar entre capitalistas e trabalhadores (ibid., p. 114). Outra característica marcante da análise econômica desenvolvida por Davidson, também influenciada por Weintraub, foi a adoção do modelo de oferta e demanda agregada. Na obra *Aggregate Supply and Demand Analysis*, Davidson e Smolensky desenvolvem a primeira tentativa de oferecer um livro-texto de teoria econômica keynesiana inteiramente baseado no modelo de oferta e

demanda agregada (ibid., p. 115). Além disso, os autores rompem também com a análise ortodoxa do mercado de trabalho. Esses elementos foram fundamentais para a crítica de Davidson ao keynesianismo clássico; no entanto, não havia até então nenhuma ênfase no papel da moeda, relativamente negligenciado pela obra de Davidson e Smolensky. Contudo, “essa omissão foi logo retificada em uma série de artigos (...) que formaram a base para a obra-prima de Davidson, *Money and the Real World* (Davidson, 1972)” (ibid., p. 115). Nessa obra, Davison buscou recuperar o núcleo da teoria monetária de Keynes – tanto através da *Teoria Geral* quanto do *Treatise on Money* – que havia sido corrompida pela síntese neoclássica. A teoria monetária de Keynes representa outro desafio para os modelos neoclássicos de equilíbrio geral – bem como para o keynesianismo neoclássico – ao defender que a moeda não é neutra, mesmo no longo prazo.

Apesar de compartilharem diversas críticas à ortodoxia neoclássica, Davidson e os Pós Keynesianos de Cambridge nunca tiveram uma relação tranquila, e tanto em termos de fundamentos microeconômicos quanto em termos metodológicos, Davidson permaneceu como um economista marshalliano, rejeitando as ideias de Kalecki (ibid., p. 118). De acordo com King, “Diferenças políticas ajudaram a criar essa atmosfera de antagonismo” (ibid., p. 118), e isso fica claro na *Tabela de Economia Política* que Davidson apresenta em *Money and the Real World*: a escola “Monetarista-Neoclássica” representa a extrema-direita e os “Neoclássicos-Keynesianos Bastardos” representam a ala centro-direita; a escola “Radical-Socialista” representa a extrema-esquerda e os “neo-Keynesianos” – e.g., Robinson, Kaldor e Pasinetti – representam a ala centro-esquerda; ao centro estava a “Escola de Keynes”, “um grupo extremamente pequeno que tentou desenvolver as visões originais de Keynes sobre emprego, crescimento e moeda, e.g. Harrod, Lerner e Weintraub (...)” (Davidson, 1972, pp. 3-4 apud King, 2002, pp. 118-19). No entanto, apesar das divergências e das diferenças de ênfase entre ambas as escolas – enquanto os Pós Keynesianos de Cambridge estavam mais preocupados com crescimento e distribuição de renda, os Pós Keynesianos americanos focavam mais na moeda, e, com exceção de Minsky, no modelo de oferta e demanda agregada –, havia um considerável espaço para concordância entre elas. Com essas duas escolas Pós Keynesianas bem estabelecidas no Reino Unido e nos EUA, o Pós Keynesianismo parecia pronto para enfrentar a sua maior batalha: a luta contra o mainstream nos anos 1970, que King descreve no sexto capítulo de seu livro.

King inicia sua análise desse embate apontando três motivos pelos quais havia, nos anos 1970, um otimismo tão difundido de que “a economia Pós Keynesiana poderia constituir uma ameaça potencialmente letal ao pensamento ortodoxo” (King, 2002, p. 121). Em primeiro lugar, havia um sentimento generalizado de que a teoria econômica tradicional havia se perdido, principalmente no que diz respeito à conexão entre teoria e realidade, e estava cada vez mais entrincheirada em uma crescente preocupação com a formalidade, sem dar conta, porém, dos problemas sociais que haviam sido tradicionalmente seus objetos de análise (ibid., p. 121). Em segundo lugar, havia um crescente radicalismo político, principalmente entre os estudantes, que abriu espaço para um questionamento mais amplo a respeito do currículo dos cursos de ciências econômicas, que deveriam abranger de forma mais satisfatória a crescente preocupação com temas como imperialismo, pobreza, guerra e subdesenvolvimento (ibid., p. 121). Finalmente, King destaca a importante influência intelectual dos desenvolvimentos recentes no campo da filosofia da ciência, em especial a obra de Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*<sup>8</sup>, sublinhando o fato de que “A linguagem de revoluções científicas foi especialmente atraente para os Pós Keynesianos” (ibid., p. 122). De fato, a economia neoclássica demonstrou vários sinais de que o seu paradigma estaria em crise, e os representantes da teoria econômica Pós Keynesiana – cujo próprio mestre pretendia, com sua *Teoria Geral*, revolucionar a teoria econômica – estavam prontos para o embate que, para eles, poderia dar início a uma nova e decisiva revolução na ciência econômica.

Imbuída desse espírito, Joan Robinson apresentou, ao final de 1971, uma palestra na *American Economic Association* – a qual teve seu teor posteriormente publicado em artigo na *American Economic Review* – intitulada “*The Second Crisis of Economic Theory*”. Robinson argumentou que a primeira crise resultou da incapacidade da macroeconomia neoclássica em lidar com os problemas levantados pela Grande Depressão. Essa crise originou a revolução keynesiana; porém os economistas neoclássicos lograram êxito em corromper a herança de Keynes ao introduzir microfundamentos walrasianos que ignoravam o tempo histórico, e,

---

<sup>8</sup> King ressalta que “Kuhn lançou dúvida sobre a dominante visão positivista do desenvolvimento do conhecimento científico” (King, 2002, p. 122). Para ele, “cientistas não eram os seres céticos descritos por Karl Popper, constantemente buscando falsear hipóteses e sempre abertos à possibilidade de perturbar as bases da verdade aceita”; em vez disso, “A maior parte dos cientistas, a maior parte do tempo, operou dentro de um *paradigma* firmemente entrincheirado, que estabeleceu uma estrutura de ideias e uma agenda de pesquisa [os grifos são meus]” (ibid., p. 122). Finalmente, “desafios surgiram somente em tempos de crise científica, quando embaraçosas anomalias teóricas ou experimentais não podiam ser explicadas no âmbito do paradigma dominante”, o que abriu caminhos para que se estabelecesse “uma *revolução científica* na qual o velho paradigma deveria ser rejeitado em favor de um novo [os grifos são meus]” (ibid., p. 122).

consequentemente, a incerteza fundamental levantada por Keynes (Robinson, 1972, pp. 3-4 apud King, 2002, p. 123). A segunda crise – que tomou lugar antes que a primeira crise houvesse sido plenamente resolvida – estava relacionada à incapacidade da economia neoclássica para dar conta de determinadas questões microeconômicas de alocação e distribuição. Para Robinson, a teoria neoclássica foi incapaz de explicar questões como a crescente pobreza mundial, o aumento da poluição e o crescimento massivo dos gastos com armamentos; porém, ainda mais importante foi a ausência de uma coerente teoria neoclássica da distribuição da renda, pois a teoria neoclássica foi incapaz de contribuir tanto para a compreensão das parcelas relativas dos lucros e dos salários na renda, quanto para uma explicação das causas das desigualdades de renda (King, 2002, pp. 123-4). O impacto da palestra de Robinson foi notável, e alimentou ainda mais a ideia de que uma nova revolução na ciência econômica estaria a caminho.

King passa a discutir então as contribuições fundamentais de dois Pós Keynesianos americanos ao novo paradigma: Jan Kregel e Alfred Eichner. As contribuições de Kregel são sintetizadas em três obras: em *Rate of Profit, Distribution and Growth: Two Views*, Kregel contrasta as abordagens ortodoxa e Pós Keynesiana para a teoria do capital, e conclui que toda a análise de crescimento econômico neoclássica foi fatalmente prejudicada pela crítica sraffiana do capital (ibid., p. 126); em *Theory of Economic Growth*, Kregel reforça essa crítica aos modelos de crescimento neoclássicos, apontando a superioridade dos modelos de crescimento Pós Keynesianos, que já estavam estendendo seus escopos para problemas relativos a temas como subdesenvolvimento, finanças públicas, comércio internacional, ativos financeiros e progresso técnico, e incluindo em suas estruturas analíticas elementos como moeda, incerteza e desequilíbrio (ibid., p. 126); finalmente, em *The Reconstruction of Political Economy*, Kregel desenvolve uma síntese da teoria de Keynes para o curto prazo e de sua extensão Pós Keynesiana para o longo prazo “no espírito da economia política clássica”, discutindo principalmente a *Acumulação de Capital* de Robinson, estendida de forma a compreender a contribuição de Sraffa, e incluindo breves discussões sobre os trabalhos de Kaldor e Pasinetti ao fim do livro (ibid., pp. 126-7). Kregel chama atenção, no entanto, para uma lacuna, no nível microeconômico, no que diz respeito a uma teoria da formação de preços, e é justamente nesse ponto que entra a contribuição de Eichner para a economia Pós Keynesiana (ibid., p. 126-127).

Eichner desenvolveu uma teoria de determinação de preços via *mark-up* fortemente influenciada por Kalecki, e afirmou que essa teoria “fornece as bases microeconômicas para a teoria macrodinâmica pós-Keynesiana” ao especificar o preciso mecanismo através do qual a taxa de poupança agregada varia em resposta variações na taxa de investimento nos modelos de Kaldor-Pasinetti (Eichner, 1973, p. 1196 apud King, 2002, p. 128). Eichner foi também coautor, com Kregel, do artigo *An Essay on Post Keynesian Theory*, no qual destacam quatro “características distintivas” da teoria econômica Pós Keynesiana: (1) importância dada ao crescimento e à dinâmica, já que “A teoria Pós-Keynesiana (...) está preocupada principalmente com a descrição de um sistema econômico expandindo-se ao longo do *tempo* no contexto da *história* [grifos dos autores] (Eichner e Kregel, 1975, p. 1294 apud King, 2002, p. 130); (2) ênfase na distribuição da renda entre lucros e salários; (3) teoria da “economia monetária de produção” esboçada por Keynes, na qual as instituições financeiras têm um papel central, os salários reais e nominais variam de forma independente e a distinção entre gastos discricionários e não-discricionários tem papel fundamental na determinação do nível de atividade econômica; e (4) microfundamentos distintos, com salários nominais exógenos e preços administrados, determinados via *mark-up* de acordo com a teoria de Eichner. Eichner e Kregel sublinham, por fim, os diferentes propósitos das teorias neoclássica e Pós Keynesiana: enquanto a teoria neoclássica busca demonstrar o estado ótimo da realidade social caso ela se adequasse ao modelo, a teoria Pós Keynesiana busca explicar o mundo real tal qual ele é observado empiricamente (Eichner e Kregel, 1975, p. 1309 apud King, 2002, p. 131). Assim, a teoria neoclássica é irrelevante para explicar a realidade do capitalismo contemporâneo, e essa percepção esteve sempre no núcleo da crítica Pós Keynesiana ao *mainstream*.

No entanto, apesar de todos os esforços, o Pós Keynesianismo fracassou na tentativa de suplantar o *mainstream*. Em primeiro lugar, King ressalta que o processo de mudança geracional, que Robinson esperava que pudesse fortalecer a alternativa Pós Keynesiana, foi na direção contrária, de forma que, ao final dos anos 1970, todos os Pós Keynesianos haviam sido substituídos por economistas ortodoxos em Cambridge (King, 2002, p. 133). Em segundo lugar, os Pós Keynesianos passaram a ser progressivamente excluídos das principais publicações acadêmicas, e passaram a ter bolsas de pesquisa negadas pelas principais instituições de fomento (ibid., pp. 133-4). Os economistas Pós Keynesianos procuraram reagir, primeiramente, procurando novos meios para publicar suas ideias; em seguida, procuraram se unir, deixando de lado as diferenças, para criar instituições alternativas. Os Pós

Keynesianos buscaram afiliação nas poucas instituições que ainda ofereciam espaço a eles – e.g., New School, Massachusetts (Amherst), California (Riverside), e, mais tarde, Notre Dame; e duas novas publicações foram fundadas: o *Cambridge Journal of Economics*, em 1977, e o *Journal of Post Keynesian Economics*, em 1978 (ibid., pp. 134-5). Além disso, King relata, no sétimo capítulo de seu livro, o desenvolvimento do Pós Keynesianismo ao redor do mundo, que deu a oportunidade aos Pós Keynesianos de difundir suas ideias em publicações heterodoxas francesas, italianas e australianas, o que também foi fundamental para a resistência do Pós Keynesianismo (ibid., pp. 139-160). Embora as duas novas publicações criadas tenham sido ferramentas fundamentais para a difusão das ideias Pós Keynesianas, a própria criação das mesmas evidenciou o recuo da economia Pós Keynesiana, uma vez que a mesma tornou-se cada vez mais “confinada em um gueto intelectual” (ibid., p. 135).

No oitavo capítulo, King analisa os embates específicos entre os Pós Keynesianos e o *mainstream* no campo da teoria monetária. Inicialmente, King trata de refutar a alegada negligência dos Pós Keynesianos de Cambridge com relação às questões monetárias, que supostamente teria começado com a publicação da *Teoria Geral* (ibid., p. 161). Essa alegação é justificada tanto pelo fato de que Keynes considerou a oferta de moeda como uma variável exógena – e aceitou o modelo IS-LM – quanto pelo fato de que, realmente, os Pós Keynesianos de Cambridge ou não deram nenhuma importância explícita ao papel da moeda – como no caso de Sraffa –, ou deram limitada importância às questões monetárias – como no caso de Robinson e Kahn (ibid., pp. 161-5; 174). No entanto, a limitada importância dada às questões monetárias não significava exatamente que os Pós Keynesianos de Cambridge não consideravam a importância da moeda. Desde os anos 1950, Robinson e Kahn já haviam desenvolvido trabalhos sobre a teoria da preferência pela liquidez e as taxas de juros, nos quais já começavam a amadurecer questões relativas à endogeneidade da moeda e ao impacto de políticas monetárias sobre os níveis reais de produto e emprego (ibid., p. 162-4). Porém, foi com o surgimento do monetarismo que os Pós Keynesianos passaram a se debruçar de forma mais efetiva sobre essas questões – não só os Pós Keynesianos de Cambridge, como Robinson, Kahn e Kaldor, mas também Pós Keynesianos americanos como Minsky, Davidson e Weintraub (ibid., pp. 165-72).

Os Pós Keynesianos americanos, em especial, voltaram-se cada vez mais para as abordagens do próprio Keynes em busca de respostas às questões monetárias (ibid., p. 172).

Capitaneados por Davidson, economistas como Minsky e Victoria Chick buscaram, tanto na *Teoria Geral* quanto no *Treatise on Money* as contribuições originais de Keynes para explicar a importância da moeda e os mecanismos que conectavam a moeda ao mundo real (ibid., pp. 172-4). Houve muitas controvérsias entre os Pós Keynesianos sobre as questões da endogeneidade da moeda e de como a moeda afeta o mundo real, notadamente entre as abordagens horizontalista e estruturalista para a explicação da endogeneidade da moeda (ibid., pp. 174-9), mas apesar dessas discordâncias, os Pós Keynesianos tiveram a oportunidade de estabelecer posições comuns em defesa da endogeneidade, e os debates foram bastante enriquecedores. No entanto, apesar dos grandes esforços e do forte otimismo dos economistas Pós Keynesianos, o monetarismo venceu o confronto. Porém, outra escola de pensamento passou a atrair mais a atenção dos Pós Keynesianos, a partir dos anos 1980: a economia novo-clássica de Lucas, com o conceito de expectativas racionais, levantou importantes questões sobre o conhecimento, incerteza, expectativas e método na ciência econômica, que deveriam ser abordadas pelos Pós Keynesianos (ibid., p.180), e que constituem o objeto do nono capítulo da obra de King.

O enfrentamento dessas questões fez com que muitos Pós Keynesianos voltassem suas atenções para a obra filosófica de Keynes, em especial, sua obra *Treatise on Probability*, publicada em 1921, 25 anos antes da publicação da *Teoria Geral*. A redescoberta dos escritos filosóficos de Keynes nos anos 1980 – possibilitada, sobretudo, pela publicação da coleção *Collected Writings of John Maynard Keynes* pela *Royal Economic Society*, a partir dos anos 1970 – fez com que a nova geração de Pós Keynesianos mostrasse grande interesse por essa vertente do pensamento de Keynes, de modo que ao final dos anos 1980 já havia pelo menos três importantes obras sobre o tema, desenvolvidas por Anna Carabelli, Athol Fitzgibbons e Rod O'Donnel (ibid., pp. 181-2). De acordo com King, a lição mais importante da obra filosófica de Keynes é a de que Keynes não considerava a ciência econômica como uma ciência natural, mas como uma ciência moral; dessa forma,

“o estudo do comportamento econômico era válido somente porque permitia que decisões esclarecidas e eticamente defensáveis fossem feitas por políticos, funcionários públicos e outros responsáveis pela formulação de políticas públicas” (ibid., p. 182).



Isso significa que, para Keynes, os desenvolvimentos teóricos e pesquisas empíricas não tem qualquer valor intrínseco, sendo importantes somente na medida em que puderem contribuir para a solução de problemas práticos de interesse público (Skidelsky, 1983 apud King, 2002, p. 182). Outro ponto que deve ser destacado nos textos filosóficos de Keynes é o fato de que o autor é um organicista, e não um atomista; ou seja, Keynes aceita a crença hegeliana de que as partes de um sistema não podem ser compreendidas como unidades isoladas, mas somente com relação aos outros componentes do sistema (King, 2002, p. 182). Um terceiro aspecto encontrado nesses textos refere-se à visão de Keynes sobre probabilidade, e as implicações dessa visão para a análise da tomada de decisão em condições de incerteza fundamental; para Keynes, a incerteza não pode ser reduzida a risco probabilístico, logo não pode ser abordada através de um modelo matemático formal (ibid., p. 183). Assim, esses três aspectos do pensamento filosófico de Keynes – economia como ciência moral, organicismo e incerteza fundamental – fazem com que o autor rejeite o formalismo matemático e métodos econométricos, bem como o individualismo metodológico (ibid., p. 182-3). Consequentemente, a redescoberta desses aspectos do pensamento filosófico de Keynes levantou a questão da necessidade de definir uma nova metodologia para a economia Pós Keynesiana, e os Pós Keynesianos seguiram basicamente dois caminhos: (1) a abordagem babilônica, desenvolvida pelo físico Richard Feynman e aplicada à economia por Sheila Dow; e (2) o realismo crítico, desenvolvido por Tony Lawson a partir dos escritos filosóficos de Roy Bhaskar (ibid., p. 196).

A metodologia babilônica é uma ruptura com o pensamento cartesiano/euclidiano associado ao *closed-system thinking*, e que requer a necessária validade de axiomas; no entanto, o pensamento babilônico não é diametralmente oposto ao pensamento cartesiano/euclidiano, mas transcende esse dualismo ao promover uma síntese entre o pensamento cartesiano/euclidiano e o pensamento não-cartesiano/não-euclidiano. Essa síntese permite que a possibilidade de conhecimento seja tratada como uma questão de grau, de forma que o conhecimento possa ser apreendido mesmo em condições de incerteza fundamental. Assim, o pensamento babilônico está associado a uma metodologia do tipo *open-system thinking* (ibid., pp. 196-7). Já o realismo crítico está associado à ideia de que o mundo real existe independente da consciência humana, e de que essa realidade é caracterizada por diversas estruturas que se inter-relacionam através de mecanismos causais subjacentes, que não são diretamente observáveis, mas cuja existência pode ser inferida pela observação (ibid., p. 198). Assim, a tarefa mais importante para a atividade científica não é a

indução (empirismo) ou a dedução (racionalismo), mas a abdução<sup>9</sup>, que é, de acordo com Lawson, o movimento de uma concepção de determinado fenômeno para uma concepção de outro mecanismo, estrutura ou condição que seja responsável pelo dado fenômeno (Lawson, 1994 apud King, 2002, p. 198). Para os adeptos do realismo crítico, as teorias devem ser baseadas na realidade, e não em hipóteses irrealistas sobre a realidade (King, 2002, p. 198). Como as relações entre as estruturas que compõem a realidade são orgânicas em vez de atomísticas, e a realidade está sujeita a mudanças que não são governadas por leis naturais inexoráveis, mas pela ação do homem, é razoável que o realismo crítico, a exemplo do pensamento babilônico, seja uma metodologia do tipo *open-system thinking* (ibid., p. 198-9).

No decorrer dos anos 1990, Lawson passou a argumentar que o realismo crítico fornecia a base para a coerência da escola Pós Keynesiana, no que foi acompanhado por Philip Arestis, Stephen Dunn e Malcolm Sawyer; Dow, de forma similar, passou a defender que a escola Pós Keynesiana deveria ser definida em termos metodológicos (ibid., p. 200). Essas questões trouxeram novamente à tona a antiga controvérsia associado à coerência da escola Pós Keynesiana, que é o tema abordado no décimo capítulo. Nesse ponto, King invoca a contribuição de Omar Hamouda e Geoffrey Harcourt, que desenvolvem uma taxonomia que divide os Pós Keynesianos em três vertentes principais: (1) a rota que leva a Marshall, a qual influenciou Keynes e todos os Pós Keynesianos cujo ponto de partida é a *Teoria Geral*, os quais são denominados *keynesianos fundamentalistas* – e.g., Weintraub, Davidson, Kregel, Minsky; (2) a rota que leva a Marx e contém a abordagem reavivada por Sraffa, à qual a contribuição de Keynes relativa ao princípio da demanda efetiva foi posteriormente acrescentada principalmente por Pierangelo Garegnani, mas também por Krishna Bharadwaj, Murray Milgate, John Eatwell e Luigi Pasinetti, os quais são chamados *sraffianos*; e (3) a rota que também vem através de Marx, pela adaptação dos esquemas de reprodução de Marx por Kalecki para a abordagem do problema da realização, e influencia Joan Robinson e seus seguidores, os quais são chamados de kaleckianos (Hamouda e Harcourt, 1988, pp. 2-3 apud King, 2002, p. 204). Para os autores, é possível encontrar estruturas analíticas e abordagens coerentes entre esses três grupos; no entanto um ponto importante que eles destacam é que não há uma única teoria capaz de lidar com todos os problemas econômicos, de modo que essas três vertentes diferem tanto por tratarem de problemas diferentes quanto por diferenças

---

<sup>9</sup> Abdução é definida como o modo de argumentar exigindo a prova da premissa menor, a qual é apenas provável ou verossímil.

no nível de abstração da análise (Hamouda e Harcourt, 1988, pp. 24-5 apud King, 2002, p. 205).

King passa então a analisar as divergências entre as três escolas de pensamento, começando pelas críticas sraffianas e kaleckianas ao keynesianismo fundamentalista. A crítica sraffiana aos keynesianos fundamentalistas baseia-se em três pontos: (1) os sraffianos rejeitam todas as teorias baseadas em curvas de oferta e demanda, e são contrários, portanto, aos microfundamentos marshallianos sobre os quais o keynesianismo fundamentalista se apóia; (2) os sraffianos questionam o papel central dado pelos keynesianos fundamentalistas à questão da incerteza e do papel da moeda em uma economia capitalista; e (3) os sraffianos focam suas análises no longo em vez do curto prazo. Merece destaque a abordagem sraffiana diferenciada para o princípio da demanda efetiva, desenvolvida por Garegnani, e que se baseia na crítica à análise ortodoxa real, sem que seja necessário recorrer à incerteza e a preferência pela liquidez, como na crítica monetária característica do keynesianismo fundamentalista. Para Garegnani, “O nível real de produto e emprego depende da demanda efetiva, e pode ser analisado usando a função consumo keynesiana e o multiplicador, sem que se recorra a expectativas, incerteza ou moeda” (Garegnani, 1983, p. 69-75 apud King, 2002, p. 207). A crítica real de Sraffa à teoria neoclássica do capital forneceu uma abordagem muito mais adequada para o princípio da demanda efetiva; no entanto, Garegnani ressalta que esse caminho para a demanda efetiva não estava aberto para Keynes, uma vez que a crítica do capital de Sraffa veio à tona somente após a sua morte.

A crítica kaleckiana aos keynesianos fundamentalistas, por sua vez, inicia-se com a própria crítica de Kalecki à *Teoria Geral* – a qual ele acreditava não ter fornecido uma teoria satisfatória para as análises do investimento, da determinação do nível de preços e da distribuição da renda entre lucros e salários – e é reforçada por Sawyer. Uma das críticas de Sawyer refere-se à consideração da competição oligopolística em Kalecki, e à importância do grau de monopólio e do poder de barganha dos trabalhadores e sindicatos para a determinação dos lucros e salários, em oposição ao mercado puramente competitivo de Keynes, no qual os lucros e salários seriam determinados por uma análise de oferta e demanda baseada no conceito de produtividade marginal (King, 2002, p. 208). Outra crítica refere-se à determinação do nível de investimento, que para Kalecki estava baseada na imperfeição do mercado de capitais e na importância da lucratividade das empresas na determinação do

investimento, já que esse seria financiado basicamente por lucros retidos, enquanto para Keynes a determinação do investimento também estava ligada ao conceito de produtividade marginal – através da eficiência marginal do capital –, e o investimento teria uma estável relação inversa com os níveis da taxa de juros (*ibid.*, p. 208). Uma terceira crítica está associada à negligência, por parte de Keynes, dos conflitos de classes característicos das economias capitalistas, os quais têm significativa importância não só para a análise da distribuição, mas para a própria determinação da demanda efetiva, dadas as diferentes propensões a consumir entre capitalistas e trabalhadores, fato que foi ignorado na função consumo keynesiana (*ibid.*, p. 208). Finalmente, Sawyer destaca que a análise monetária e financeira kaleckiana leva diretamente a uma teoria da moeda endógena, enquanto em Keynes a moeda é tratada como uma variável exógena (*ibid.*, p. 208).

A crítica dos keynesianos fundamentalistas aos sraffianos iniciou-se com a crítica de Robinson ao fato de que os sraffianos ignoraram o papel da incerteza e da formação das expectativas; para ela, os sraffianos preocuparam-se demasiadamente com uma análise de equilíbrio de longo prazo que ignorava o tempo histórico (*ibid.*, p. 209). Minsky endossa a crítica de Robinson à ausência de incerteza e à análise de equilíbrio de longo prazo em Sraffa, e critica também o fato de que o autor não tenha se referido em sua obra ao princípio da demanda efetiva, nem desenvolvido uma teoria monetária e financeira (*ibid.*, p. 209). Já a crítica dos keynesianos fundamentalistas aos kaleckianos baseou-se sobretudo na crítica de Davidson a três pontos: (1) a análise de competição oligopolística de Kalecki, e a ideia, defendida por alguns kaleckianos, de que o princípio da demanda efetiva se aplicaria somente sob competição imperfeita; (2) a negligência da incerteza fundamental e dos contratos monetários como os núcleos analíticos fundamentais de uma análise econômica realista; e (3) o posicionamento político de Kalecki, caracterizado por Davidson como de centro-esquerda, e que levou Kalecki a desenvolver importantes análises relativas ao conflito de classes e à distribuição da renda (*ibid.*, p. 211-2). Finalmente, a crítica kaleckiana à economia sraffiana não foi desenvolvida de forma consistente, com exceção das críticas de Joseph Halevi e Peter Kriesler<sup>10</sup>; da mesma forma, os economistas sraffianos também não desenvolveram críticas

---

<sup>10</sup> Dentre as críticas desenvolvidas por Halevi e Kriesler, podemos destacar: a negação da relevância da uniformidade da taxa de lucro, uma vez que nas economias capitalistas modernas as forças competitivas que supostamente equalizariam as taxas de lucro de diferentes setores seriam insuficientes; a contestação da validade do processo de ajuste através do qual os preços de mercado convergiriam ou flutuariam em torno dos preços naturais no longo prazo; a rejeição de análises de equilíbrio de longo prazo; e as sérias dificuldades analíticas com relação à abordagem sraffiana para o grau de utilização da capacidade. Kriesler ressalta ainda que, enquanto os sraffianos estariam mais preocupados com a determinação dos preços, dado o nível de produto, o problema

contundentes aos seguidores de Kalecki, exceto por alguns argumentos apresentados por Ian Steedman<sup>11</sup>.

Ao final do capítulo, King cita diversos autores que buscaram estabelecer uma síntese do pensamento de pelo menos duas das vertentes citadas acima. De fato, autores do quilate de Joan Robinson, Luigi Pasinetti, Heinz Kurz, Philip Arestis e Marc Lavoie esforçaram-se em prover uma síntese coerente entre as abordagens de Keynes, Kalecki e Sraffa (ibid., 214-8). No capítulo 11, King discute brevemente os pontos de contato com outras correntes de pensamento heterodoxo, sublinhando as similaridades da economia Pós Keynesiana com quatro diferentes tradições: (1) radicais e marxistas; (2) institucionalistas; (3) economistas austríacos; (4) novos keynesianos (ibid., 221-39). Finalmente, no capítulo 12, King analisa os possíveis motivos do fracasso do Pós Keynesianismo na tentativa de prover uma alternativa às correntes do mainstream, e trata de delinear as possibilidades de desenvolvimento futuro para a escola Pós Keynesiana.

Para King, o sucesso de uma escola de pensamento pode ser avaliado sob duas óticas: a ótica intelectual e a ótica social/institucional (ibid., p. 241). No caso da primeira ótica, King afirma que os requisitos para o progresso teórico são: “crescente generalidade, escopo, precisão crescente, rigor crescente, eliminação de erros, eliminação de inconsistências, crescente simplicidade e beleza, e habilidade de prever fatos novos” (ibid., p. 241). No entanto, confinar-se apenas às questões puramente intelectuais faz com que haja uma compreensão equivocada e conservadora do progresso científico, que não leva em consideração o conceito kuhniano de revolução científica – segundo o qual o progresso científico ocorre com eventuais rupturas, nas quais não há simplesmente o acúmulo de conhecimento, mas também ocorrem perdas – e ignora os aspectos institucionais. Sob a ótica

---

fundamental para os kaleckianos seria a compreensão das leis de movimento das sociedades capitalistas, i.e., uma análise da acumulação, do crescimento e dos ciclos econômicos, e conclui que, enquanto os kaleckianos preocuparam-se com a aplicação da teoria aos problemas práticos, os sraffianos não produziram aplicações para suas análises formais (King, 2002, pp. 210-11).

<sup>11</sup> A crítica desenvolvida por Steedman é direcionada à teoria kaleckiana de determinação dos preços via *mark-up*, que segundo ele negligenciou os potenciais problemas ocasionados por complexas relações insumo-produto entre as diferentes indústrias, bem como por processos de produção conjunta. Em ambos os casos, Steedman alerta que o preço de um dado produto é determinado não somente pelo *mark-up* da indústria que produziu esse produto, mas pelo *mark-up* das muitas indústrias relacionadas ao processo de produção, o que gera consequências contra intuitivas no que tange à relação entre preço e *mark-up*, já que os preços podem variar na direção inversa à variação dos *mark-ups*. Os kaleckianos desconsideraram esse problema por utilizarem uma análise parcial que analisava cada indústria isoladamente, considerando-as verticalmente integradas (King, 2002, p. 213).

institucional, a acumulação de poder e dinheiro é extremamente importante para o sucesso de uma escola de pensamento – sobretudo na ciência econômica –, e é importante não só considerar o desenvolvimento intelectual, mas também – e talvez de forma mais importante – a aplicabilidade da teoria aos problemas práticos. King demonstra que a economia Pós Keynesiana falhou na perspectiva intelectual, na qual permaneceu sendo acusada de incoerência, e falhou, sobretudo, na perspectiva social/institucional, na qual passou a ser cada vez mais rejeitada nos meios acadêmicos (ibid., pp. 242-6). Contudo, os Pós Keynesianos associam essa suposta falha no campo intelectual “a uma combinação de repressão, viés ideológico e pura estupidez” por parte dos economistas ortodoxos (ibid., 2002, p. 246).

King passa então a analisar as possibilidades de desenvolvimento futuro para a economia Pós Keynesiana, delineando, entre as duas alternativas extremas – morte ou nova revolução científica –, quatro alternativas intermediárias: (1) migração para uma disciplina não econômica; (2) absorção pelo *mainstream*; (3) incorporação a uma tradição econômica heterodoxa mais ampla; (4) sobrevivência como uma combativa minoria (ibid., pp. 255-60). A migração para uma disciplina econômica, embora seja possível, é indesejável devido ao fato de que “migrantes (...) sofrem algum grau de perda” (ibid., p. 258); para King, a absorção pelo *mainstream* seria uma opção mais atraente, já que, apesar das divergências, economistas clássicos e Pós Keynesianos têm em comum o “*economic way of thinking*” que tornaria essa união possível (ibid., p. 258). No entanto, King admite que essa é uma opção pouco plausível, uma vez que dificilmente seria aceita pelo *mainstream*; logo, uma opção mais viável seria a incorporação a uma tradição econômica heterodoxa mais ampla, uma vez que as diferentes escolas de pensamento heterodoxas teriam em comum a defesa de metodologias do tipo *open-system thinking* (ibid., pp. 258-9). Contudo, a hipótese mais plausível é a de que a economia Pós Keynesiana continue buscando a sobrevivência como uma combativa minoria. Para King, a economia Pós Keynesiana deve sobreviver pois “há um verdadeiro mérito analítico para a tradição Pós Keynesiana” e “há problemas reais de grande importância que continuam a dividir os Pós Keynesianos dos seus oponentes do *mainstream*” (ibid., p. 260).

## CAPÍTULO II: Paul Davidson: definição estreita de Pós Keynesianismo

A reação de Paul Davidson à definição ampla de Pós Keynesianismo defendida por John King veio em 2004, com a publicação, no *Journal of Post Keynesian Economics*, do artigo *Setting the record straight on A history of Post Keynesian economics* (Davidson, 2003-04).

A primeira crítica de Davidson refere-se à própria definição de economia Pós Keynesiana, e vai de encontro à afirmação de King de que “todos aqueles que se auto intitulam Pós Keynesianos qualificam-se automaticamente” como Pós Keynesianos (King, 2002, p. 5). Para refutar essa afirmação, Davidson cita como exemplo os representantes da síntese neoclássica, em especial, Samuelson, que embora designasse a si próprio como Pós Keynesiano, mantivesse os três axiomas clássicos rejeitados por Keynes em sua *Teoria Geral*: o axioma dos reais, ou da neutralidade da moeda; o axioma da substitutibilidade bruta; e o axioma da ergodicidade dos processos econômicos (Davidson, 2003-04, pp. 246-7). Para Davidson, o que define o pensamento de Keynes – e de todos que pretendam se inserir na escola Pós Keynesiana – é a rejeição desses três axiomas restritivos subjacentes à teoria clássica. Portanto, um economista que incorpore os axiomas clássicos rejeitados por Keynes não pode ser considerado um membro da escola Pós Keynesiana, ainda que assim se auto intitule. Outro fator necessário para definir um economista como Pós Keynesiano, na visão de Davidson, é a adoção do modelo de oferta e demanda agregada para determinação do equilíbrio de demanda efetiva, elaborado por Weintraub na obra *An Approach to the Theory of Income Distribution*.

Davidson reconhece, ao longo do livro de King, quatro pontos nos quais o autor identifica corretamente aspectos relacionados ao pensamento de Keynes e dos Pós Keynesianos: (1) caráter marshalliano do pensamento de Keynes (King, 2002, pp. 16-17); (2) teoria monetária da taxa de juros como parte essencial do pensamento de Keynes (ibid., p. 14); (3) curva de produtividade marginal que relaciona o nível de emprego ao salário real “fundamentalmente diferente” da curva de demanda por trabalho (ibid., p. 21); e, (4) a importância de um futuro não probabilisticamente incerto (ibid., pp. 31-34). Davidson ressalta, então, que há uma relação entre os pontos (2), (3) e (4) e a rejeição aos axiomas da

neutralidade da moeda, da substitutibilidade bruta e da ergodicidade dos processos econômicos, respectivamente. Segundo Davidson, é justamente por não entender a importância desses quatro pontos que os economistas clássicos não conseguem estabelecer uma conexão com a estrutura analítica da *Teoria Geral* (Davidson, 2003-04, p. 248).

No que tange às primeiras reações à publicação da *Teoria Geral*, Davidson discorda categoricamente da afirmação de King segundo a qual “Keynes (...) foi favorável à IS-LM e aceitou boa parte da análise ortodoxa do mercado de trabalho” (King, 2002, p. 6). Conforme ressaltado no primeiro capítulo deste trabalho, o fato de que “Keynes nunca repudiou a interpretação da IS-LM para a *Teoria Geral*, pelo contrário, ele a endossou calorosamente” (ibid., p. 31) é fartamente documentado através de críticas positivas de Keynes aos modelos de Harrod, Reddaway, Hicks e Lange. No entanto, Davidson alega que Keynes nunca aceitou a estrutura analítica da IS-LM, e que, além disso, Keynes desenvolveu no capítulo 20 da *Teoria Geral* uma função emprego que é *diferente* da curva de produtividade marginal do trabalho (Davidson, 2003-04, p. 247). Ademais, Davidson sublinha que o próprio Hicks, sob sua influência, publicou no *Journal of Post Keynesian Economics* um artigo no qual “renega o modelo IS-LM como sendo apenas uma ‘versão enlatada’ [‘potted version’, no original] da *Teoria Geral* de Keynes e não uma representação adequada do modelo analítico de Keynes” (ibid., p. 247).

Davidson segue com uma crítica feroz à inclusão de Sraffa, Kalecki e seus seguidores entre os representantes da escola Pós Keynesiana (ibid., pp. 248-9, 251). De acordo com a definição axiomática de Davidson, ambos devem ser considerados pensadores clássicos devido à aceitação dos axiomas restritivos clássicos: ambos rejeitam a importância da noção de incerteza – não ergodicidade – como fator fundamental na determinação da solução de equilíbrio de demanda efetiva, e, além disso, não consideram a importância da moeda – não neutralidade da moeda – em seus sistemas analíticos. Além disso, Davidson discorda da afirmação de que Kalecki foi precursor da *Teoria Geral* ao romper com a teoria econômica tradicional em dois importantes pontos: “Primeiro, ele começa por assumir que os capitalistas são sempre monopolistas (em algum grau)”; e “Segundo, ele dedica atenção especial ao que Marx chamou de problema da realização do valor excedente” (Dobb, 1939, p.8 apud King, 2002, p. 35). De acordo com Davidson, ao assumir que “os capitalistas são sempre monopolistas”, Kalecki desenvolve “apenas um ‘caso especial’ da *Teoria Geral* de Keynes,



que requer uma hipótese de competição monopolística como condição necessária para explicar o desemprego involuntário” (Davidson, 2003-04, p. 249). Para Davidson, a teoria de Kalecki talvez seja compatível com a teoria Novo Keynesiana, mas não com a teoria de Keynes, que é aplicável a qualquer grau de competição. Finalmente, Davidson critica a suposta afirmação de King de que o uso, por parte do “jovem Kalecki”, de um modelo do tipo IS-LM – anos antes da publicação da *Teoria Geral* – seria suficiente para classificar Kalecki como um economista Pós Keynesiano (ibid., p. 249).

A classificação de Robinson, Kaldor, Harrod e Kalecki como os primeiros Pós Keynesianos também é alvo de críticas por parte de Davidson<sup>12</sup> (ibid., pp. 247-8). Ele argumenta que, por um lado, há espaço para controvérsia sobre se os três primeiros devem ser classificados como Pós Keynesianos, conforme aponta King, ou como precursores do Pós Keynesianismo, como defende Davidson. Por outro lado, ele reforça que Kalecki não deve ser considerado um economista Pós Keynesiano, pelos motivos já citados anteriormente. O primeiro Pós Keynesiano, na visão de Davidson, é o economista Sidney Weintraub, e a pedra fundamental do Pós Keynesianismo é sua já citada obra, *An Approach to the Theory of Income Distribution*.

Davidson passa a analisar a parte da obra de King na qual o autor descreve o desenvolvimento das teorias do crescimento e da distribuição da renda Pós Keynesianas como uma tentativa de generalizar, para o longo prazo, as conclusões referentes ao curto prazo que Keynes alcançou na *Teoria Geral*. Em especial, Davidson concorda com King quanto à afirmação de que Joan Robinson e Roy Harrod “não eram pessoalmente próximos” (King, 2002, p.61), e vai além: a afirmação de King é, na verdade, um eufemismo, já que, segundo Davidson, havia forte animosidade entre Harrod (Oxford) e os Keynesianos de Cambridge – Robinson, Kahn, e Kaldor –, bem como, em menor escala, entre Robinson e Kaldor (Davidson, 2003-04, pp. 249-50). Assim,

“Em vez de um desenvolvimento unificado Oxford-Cambridge da teoria do crescimento econômico a partir da estrutura da *Teoria Geral* de Keynes, duas variantes concorrentes da generalização ‘Keynesiana’ da teoria do crescimento foram desenvolvidas na Inglaterra: o

---

<sup>12</sup> No entanto, há um erro de Davidson com relação aos autores que King relaciona em seu livro como os primeiros Pós Keynesianos: King considera que os primeiros representantes do Pós Keynesianismo são Robinson, Townshend e Kaldor (King, 2002, p. 18), e não inclui nessa lista Harrod e Kalecki.

modelo de crescimento de Harrod e a *Acumulação de Capital* de Robinson” (ibid., p. 250).

Portanto, tal animosidade impediu, em última análise, que houvesse um desenvolvimento cooperativo das teorias de crescimento e distribuição Pós Keynesianas entre Cambridge e Oxford, o que pode ter sido decisivo para que não houvesse um sucessor de Keynes no papel de líder-fundador carismático do Pós Keynesianismo no Reino Unido, no período pós-guerra, e, certamente, prejudicou o estabelecimento de uma forte afiliação institucional para os Pós Keynesianos em Cambridge – duas das condições que King estabelece como fundamentais para o sucesso de uma escola de pensamento (King, 2002, p. 3), como Davidson oportunamente sublinha. Todos esses fatores contribuíram negativamente para o desenvolvimento do Pós Keynesianismo, e criaram as condições para o recrudescimento da economia neoclássica no Reino Unido – com Frank Hahn, em Cambridge, e Hicks, em Oxford – e nos Estados Unidos – com Samuelson, Solow e os demais representantes da síntese neoclássica, no MIT (Davidson, 2003-04, pp. 249-50).

Davidson destaca que a teoria da acumulação desenvolvida por Robinson foi a origem da controvérsia do capital que envolveu os economistas Pós Keynesianos – ou sraffianos – de Cambridge, no Reino Unido – e.g., Robinson e Sraffa –, e os economistas neoclássicos – ou da síntese neoclássica – de Cambridge (MIT), nos EUA – e.g., Samuelson e Solow –, nos anos 1960. Apesar de reconhecer a importância do debate, Davidson discorda de King quanto à afirmação de que a controvérsia do capital “foi em grande parte responsável pelo surgimento da economia Pós Keynesiana como uma escola de pensamento distinta” (King, 2002, p. 80). Para Davidson, o que a controvérsia do capital fez foi dar destaque à teoria clássica que Sraffa se esforçou em reabilitar (Davidson, 2003-04, p. 251) – e, como já foi analisado anteriormente, Davidson não admite que Sraffa e seus seguidores sejam rotulados como Pós Keynesianos devido às diferentes concepções sobre a importância da incerteza e o papel da moeda. Além disso, como também já foi explicitado anteriormente, Davidson considera que o marco representativo da emergência da economia Pós Keynesiana como uma escola de pensamento distinta é o livro de Sidney Weintraub, *An Approach to the Theory of Income Distribution*. Finalmente, Davidson refuta a ideia, explicitada por King, de que “Keynes não desafiou a teoria do capital predominante” (King, 2002, p. 81), indicando que esse desafio foi feito por Keynes no apêndice do capítulo 14 da *Teoria Geral* (Davidson, 2003-04, p. 251).

Quanto aos primeiros Pós Keynesianos americanos, Davidson aprova os registros de King referentes a si mesmo e a Weintraub; diverge, porém, quanto à inclusão de Hyman Minsky na escola Pós Keynesiana. Para Davidson, além do fato de que Minsky “nunca quis ser identificado como um Pós Keynesiano” (ibid., p. 252) – o que faz com que ele seja reprovado no teste de auto identificação de King –, o fato de que, de acordo com King, Minsky “não considerava especialmente interessantes ou importantes” a análise de oferta e demanda agregada e as propostas de políticas de rendas baseada em impostos (King, 2002, p. 113) – ambas características marcantes do Pós Keynesianismo americano – torna difícil para Davidson compreender o porquê de King considerá-lo um economista Pós Keynesiano (Davidson, 2003-04, p. 252). Para Davidson, Minsky era na verdade um Keynesiano do *mainstream*, muito mais associado com o Novo Keynesianismo, que usava a versão de Modigliani do modelo IS-LM, e cuja maior distinção era seu conhecimento do funcionamento real dos mercados financeiros (ibid., p. 252-4). O fato de que tenha enfatizado aspectos kaleckianos sobre a distribuição da renda tampouco o torna um Pós Keynesiano – já que, como ressaltado anteriormente, Davidson considera Kalecki um economista clássico no sentido de que o mesmo aceita alguns dos axiomas restritivos que definem a economia clássica (ibid., p. 253).

Há ainda uma diferença radical entre o conceito de incerteza em Minsky e em Keynes. Em correspondência a Weintraub na qual critica a teoria monetária de Davidson, Minsky deixa claro que, na sua visão, “em uma perspectiva cíclica a incerteza torna-se operacional no sentido de que uma *retrospectiva míope* determina o estado atual dos *Animal Spirits* Keynesianos/Robinsonianos<sup>13</sup> [os grifos são meus]” (Minsky apud King, 2002, p. 113). De acordo com Davidson, tal *retrospectiva míope* requer uma espécie de lente defeituosa, que pode ser corrigida para fornecer perfeita visão do futuro, apesar da incerteza (Davidson, 2003-04, p. 253). Isso vai de encontro à visão de Keynes de que, ainda que tenhamos uma perfeita visão retrospectiva, não há possibilidade de prever com segurança o futuro em um mundo não-ergódico, pois a visão do futuro não é simplesmente defeituosa, mas fundamentalmente e não probabilisticamente incerta (ibid., p. 253). Além dessa diferença marcante entre o conceito de incerteza em Minsky e em Keynes, Davidson aponta ainda que, enquanto Minsky defendia que o sistema capitalista era inerentemente instável, e, portanto, condenado a sofrer

---

<sup>13</sup> Hyman Minsky para Sidney Weintraub, 19 de Novembro de 1974: Sidney Weintraub Papers, Special Collections Department, Duke University Library, Durham, North Carolina, Box 3, Folder 3.

grandes oscilações, Keynes acreditava que tais oscilações não são inerentes ao sistema capitalista, mas sim o resultado de más políticas fiscais e monetárias (ibid., p. 253).

Dadas todas essas divergências entre as teorias de Minsky e as de Keynes e dos Pós Keynesianos, Davidson conclui afirmando que, embora King defenda que “o impacto de Minsky sobre o desenvolvimento da economia Pós Keynesiana nos EUA foi considerável” (King, 2002, p. 114), o impacto foi negativo, pois prejudicou a tarefa do Pós Keynesianismo de tentar prover uma alternativa viável à macroeconomia ortodoxa no EUA. Para Davidson, ao não adotar o modelo analítico de oferta e demanda agregada, Minsky encorajou os economistas ortodoxos a repudiarem a teoria econômica Pós Keynesiana como um conjunto incoerente de ideias sem uma estrutura analítica comum (Davidson, 2003-04, p. 254).

Alfred Eichner é outro economista incluído por King entre os Pós Keynesianos americanos a receber duras críticas por parte de Davidson. Na tentativa de generalizar a teoria de Kalecki, Eichner desenvolveu um modelo que requer um nível dado e fixo de emprego. Se a esse nível de emprego, os empresários querem investir mais, então uma maior margem de lucro – e, conseqüentemente, um menor nível de salário real – será requerida para financiar uma maior parcela do investimento sobre o produto. Eichner enfatiza, portanto, o crescimento e uma análise de desequilíbrio em uma trajetória histórica em vez do tempo lógico, como nas análises de Keynes, Weintraub e Davidson. Além disso, Eichner ressalta também a distribuição da renda entre lucros e salários em um nível dado e fixo de emprego, conforme observado anteriormente, o que também vai de encontro a Keynes, Weintraub e Davidson, que enfatizam mudanças no nível de emprego em vez de mudanças na distribuição. Por fim, Eichner trabalha com salários nominais exógenos e preços administrados, o que também vai de encontro aos três autores, pois a estrutura analítica Pós Keynesiana permite que os salários sejam tanto exogenamente quanto endogenamente determinados, e também permite qualquer grau de competição. Devido a essas características restritivas, Davidson conclui que Eichner desenvolve apenas um caso especial de teoria Novo Keynesiana na qual a rigidez de preços e salários tem um papel fundamental na explicação do desemprego involuntário, e se afasta, portanto, do modelo de oferta e demanda agregada que define a economia Pós Keynesiana (Davidson, 2003-04, p. 256).

Ao analisar o interessante registro de King sobre o embate entre a economia Pós Keynesiana e o *mainstream* marginalista nos anos 1970, Davidson lembra que, após a vitória dos economistas de Cambridge na controvérsia do capital, muitos imaginavam que a síntese neoclássica seria substituída por um aparato analítico sraffiano – que, segundo Davidson, King identifica incorretamente como Pós Keynesiano (ibid., p. 255). Mas segundo ele, foi no debate contra o Monetarismo de Milton Friedman, mais do que na vitória na controvérsia do capital, que a teoria econômica Pós Keynesiana esteve mais próxima de se estabelecer como uma força dominante na ciência econômica (ibid., p. 260). Segundo Davidson,

“King fornece um maravilhoso relato de como os Pós Keynesianos (e.g., Kaldor, Moore, Weintraub, e Davidson) assumiram o papel de oposição ao Monetarismo deixado vago pelo fraco argumento analítico dos Velhos Keynesianos. Para combater a ‘Praga do Monetarismo’ [‘Scourge of Monetarism, no original, em alusão ao livro de Nicholas Kaldor], esses Pós Keynesianos aprimoraram os conceitos de moeda endógena, incerteza, e outros. Isso levou a um notável sucesso quando, em um curto porém expressivo artigo no *Journal of Post Keynesian Economics*, John Hicks rejeitou grande parte da síntese neoclássica da qual foi pioneiro” (ibid., p. 260).

No entanto, apesar desses esforços, o Pós Keynesianismo passou a ser progressivamente marginalizado a partir do início dos anos 1970, tanto nos EUA quanto no Reino Unido (King, 2002, p. 133; Davidson, 2003-04, p. 257). A falta de um espaço para a publicação de artigos Pós Keynesianos ensejou a fundação, em 1978, do *Journal of Post Keynesian Economics*, por Weintraub e Davidson (Davidson, 2003-04, p. 257). Além disso, os Pós Keynesianos passaram a buscar afiliação institucional nos poucos departamentos nos quais ainda poderiam ser aceitos (e.g., Rutgers, Massachusetts, California at Riverside) (ibid., p. 257). Assim, houve um claro retrocesso do forte otimismo que havia nos anos 1960, após a vitória na controvérsia do capital, de que o Pós Keynesianismo se tornaria o novo *mainstream*. Para Davidson, o fracasso do Pós Keynesianismo em prover uma alternativa superior à teoria econômica ortodoxa e tornar-se a força dominante na ciência econômica deve-se basicamente a dois motivos: (1) a união, em torno do projeto Pós Keynesiano, de economistas de diferentes escolas de pensamento, com abordagens teóricas muito diferentes e incoerentes entre si, e que só tinham em comum o combate à ortodoxia; e (2) o fracasso em reconhecer o impacto que o formalismo matemático Bourbakiano teve no sentido de transformar a ciência econômica em uma ciência rigorosamente matemática. Incoerência e falta de rigor lógico-matemático teriam condenado, na visão de Davidson, a economia Pós Keynesiana ao ostracismo. Vamos analisar cada um dos pontos destacados, e os argumentos

utilizados por Davidson para mostrar como, em sua visão, eles prejudicaram o desenvolvimento do Pós Keynesianismo.

Quanto ao primeiro ponto, Davidson aponta que a discussão sobre a possibilidade de coerência entre Keynes, Kalecki e Sraffa foi expressa, primeiramente, por Hamouda e Harcourt, no artigo *Post Keynesianism: From Criticism to Coherence* (Hamouda e Harcourt, 1988 apud Davidson, 2003-04, p. 262-3). Nesse artigo, os autores desenvolvem a definição ampla de Pós Keynesianismo endossada por King em seu livro, utilizando a taxonomia, já indicada no primeiro capítulo deste trabalho, que divide os economistas Pós Keynesianos em três grupos: os keynesianos fundamentalistas, os kaleckianos e os sraffianos. No entanto, conforme argumenta Davidson, somente os chamados keynesianos fundamentalistas podem ser considerados Pós Keynesianos de fato, pois são os únicos que rejeitam os três axiomas clássicos rejeitados por Keynes na *Teoria Geral* e adotam o modelo de oferta e demanda agregada do princípio da demanda efetiva esboçado no terceiro capítulo da *Teoria Geral* e desenvolvido posteriormente por Weintraub. Ao constatar incoerência entre as estruturas analíticas dessas três distintas escolas de pensamento, Hamouda e Harcourt concluem que se trata de diferentes formas de lidar com problemas diversos. Davidson, no entanto, aponta que a incoerência observada é um óbvio resultado da pobre taxonomia utilizada pelos autores e da inclusão de pensadores clássicos sob o rótulo da economia Pós Keynesiana (Davidson, 2003-04, p. 263). Para ele, o keynesianismo fundamentalista tem coerência analítica; no entanto, graças à definição ampla de Pós Keynesianismo, foi possível a autores como Dornbusch e Fischer afirmar que o “Pós Keynesianismo permanece como uma eclética coleção de ideias, e não um desafio sistemático à teoria neoclássica” (Dornbusch; Fischer, 1990, p. 220 apud Davidson, 2003-04, p. 264). Na opinião de Davidson, a incoerência é a razão mais importante pela qual a economia Pós Keynesiana fracassou na tentativa de suplantar a ortodoxia.

Quanto ao segundo ponto, Davidson começa por apontar que o argumento levantado por diversos autores, de que “a escola [Pós Keynesiana] deveria ser *definida* em termos de método e não com referência a proposições teóricas e propostas de políticas” (King, 2002, p. 181) é uma forma desses autores rebelarem-se contra o formalismo matemático Bourbakiano representado, principalmente, por Gérard Debreu (Davidson, 2003-04, p. 261). No entanto, Davidson argumenta que o problema não é o emprego de formalismo matemático *per se*, e sim o argumento Bourbakiano de que, ao desenvolver uma teoria geral rigorosa, não se deve

buscar por máxima generalidade – como teria feito Keynes na *Teoria Geral* –, mas sim pelo grau correto de generalidade. Assim, a *Teoria Geral* de Keynes, que possui menos axiomas restritivos do que a análise de equilíbrio geral walrasiana – e, portanto, é mais geral do que a teoria walrasiana –, poderia ser descartada por não ter o grau correto de generalidade (ibid., p. 261). Outra questão levantada nesse capítulo é a tentativa do pensamento babilônico e do realismo crítico de estabelecer um método adequado para a ciência econômica. Embora aceite a compatibilidade entre o realismo crítico e a teoria econômica Pós Keynesiana<sup>14</sup>, Davidson critica a abordagem babilônica por permitir um “vale tudo” na ciência econômica, já que não haveria um único método, e sim muitos métodos (ibid., p. 262). Assim, tal filosofia teria sido um dos principais pontos fracos da economia Pós Keynesiana, ao permitir que os economistas ortodoxos rejeitassem a teoria Pós Keynesiana como inconsistente e não rigorosa (ibid., p. 262).

Ao analisar o capítulo 11 do livro de King, intitulado “*Post Keynesians and Other Deviants*”, Davidson ressalta que essa é “uma escolha infeliz de palavras”, pois coloca água no moinho dos economistas ortodoxos que consideram a escola Pós Keynesiana irrelevante e incoerente, colocando-a ao lado de outras correntes de pensamento “pervertidas” (ibid., p. 264). São essas correntes de pensamento:

- 1) Austríacos e o conceito de incerteza: Davidson, no entanto, chama atenção para o fato de que os austríacos enfatizam a incerteza sob a ótica epistemológica, enquanto os Pós Keynesianos enfatizam a incerteza sob a ótica ontológica. Davidson ressalta que “Para os austríacos, o mercado é *deus ex machina* que, via Darwinismo Social, resolve o problema da incerteza” (ibid., p. 264).

---

<sup>14</sup> Para Davidson, a visão do realismo crítico de que as estruturas reais subjacentes são raramente observáveis, e de que a realidade é mutável, de forma que as regularidades empiricamente observadas no passado não necessariamente irão determinar os resultados futuros, são compatíveis com a ideia Pós Keynesiana de não ergodicidade (Davidson, 2003-04, p.262).

- 2) Marxistas e a ênfase no conflito de classes entre assalariados e capitalistas: Davidson argumenta, porém, que não há muito em Marx que possa ser aplicado à estrutura analítica de Keynes<sup>15</sup>.
- 3) Novos Keynesianos e a ênfase na informação assimétrica: Davidson ressalta, contudo, que os Novos Keynesianos aceitam a hipótese de expectativas racionais, o que requer a aceitação do axioma da ergodicidade. Além disso, King argumenta incorretamente que os modelos Novo Keynesianos de salário-eficiência têm afinidade com a teoria de desemprego involuntário de Keynes, e por isso deveriam ser aceitas como Pós Keynesianas; porém, como o próprio King nota, Davidson demonstra que salários nominais flexíveis não são condição necessária nem suficiente para que um mecanismo de mercado assegure pleno emprego (ibid., p. 264-265; King, 2002, p. 235-236).

Finalmente, Davidson chega ao último capítulo do livro de King, no qual o autor questiona: por que o Pós Keynesianismo é uma promessa que não se realizou?<sup>16</sup> Davidson aponta que, segundo King, os requisitos para o progresso teórico são: “crescente generalidade, escopo, precisão crescente, rigor crescente, eliminação de erros, eliminação de inconsistências, crescente simplicidade e beleza, e habilidade de prever fatos novos” (King, 2002, p. 241). Davidson argumenta que Keynes e o Pós Keynesianismo, em sua definição estreita – o chamado keynesianismo fundamentalista, conforme taxonomia de Hamouda e Harcourt –, atendem a esses critérios (Davidson, 2003-04, p. 268). No entanto, ainda assim o Pós Keynesianismo fracassou. Por quê? Davidson concorda com King no que se refere a reconhecer que o sucesso de uma escola de pensamento depende, mais do que dos requisitos citados acima, do controle que ela tem sobre poder e dinheiro (King, 2002, p. 242). De fato, em termos de poder e dinheiro, a escola Pós Keynesiana está em declínio desde o início dos anos 1970, de acordo com Davidson (Davidson, 2003-04, p. 268). Davidson discorda de King, no entanto, quando este atribui o declínio do Pós Keynesianismo “a uma combinação de repressão, viés ideológico e pura estupidez” por parte dos economistas ortodoxos (King,

---

<sup>15</sup> Davidson cita Keynes, que no capítulo 23 da Teoria Geral, afirma que “o futuro terá mais a aprender do espírito de Gesell que do de Marx” (Keynes, 1982, p. 272). Segundo Davidson, Gesell foi “um obscuro economista alemão” ao qual Keynes atribui o pioneirismo no reconhecimento dos elementos básicos da preferência pela liquidez.

<sup>16</sup> No original, “a promise that bounced”, em referência ao artigo de Lorie Tarshis (Tarshis, 1980).



2002, p. 246), pois se por um lado é razoável supor que o viés ideológico dos economistas ortodoxos os impede de aceitar as ideias Pós Keynesianas, por outro Davidson argumenta que os mesmos não são estúpidos, e chegam mesmo a aceitar pontualmente alguns dos argumentos dessa escola de pensamento<sup>17</sup>. Ademais, Davidson pensa que é possível vencer a ortodoxia “em seu próprio campo”, aceitando algumas de suas hipóteses básicas, mas fazendo uma crítica interna para demonstrar que os axiomas clássicos aceitos por eles implicam em “características (...) [que] não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência” (Keynes, 1982, p. 23 apud Davidson, 2003-04, p. 269).

Davidson avalia, posteriormente, as alternativas futuras que King coloca para a economia Pós Keynesiana. Como já mencionado na seção anterior, King propõe, entre as duas alternativas mais extremas – morte ou nova revolução científica –, quatro alternativas intermediárias, que são:

- 1) Migração para uma disciplina não econômica: Davidson concorda com King no ponto em que “migrantes (...) sofrem algum grau de perda” (King, 2002, p. 258), mas acrescenta ainda que a migração para outra disciplina é uma admissão de derrota, e deixa aberto o campo da ciência econômica para aqueles cuja análise irá continuar a perpetuar o desemprego e a miséria econômica na economia global do século XXI (Davidson, 2003-04, p. 270).
- 2) Absorção pelo *mainstream*: Davidson discorda de King quanto à ideia de que a absorção seja uma “opção bastante atraente” (King, 2002, p. 258), uma vez que, assim como a migração, a absorção também deixa aberto o campo da ciência econômica para a ortodoxia clássica, e, portanto, é “altamente indesejável” (Davidson, 2003-04, p. 270).

---

<sup>17</sup> Solow, por exemplo, em correspondência com Davidson, aceitou a explicação de incerteza como não ergodicidade dos processos econômicos: “Eu sempre admirei aquele seu artigo sobre processos não ergódicos, e pensei que no fundo estava correto. Eu frequentemente penso nisso em termos de incerteza Knightiana e tudo isso, mas a sua maneira é uma boa maneira de coloca-lo [o problema da incerteza]” (correspondência de Solow a Davidson, em 21 de Maio de 1985).

- 3) Incorporação a uma tradição econômica heterodoxa mais ampla: Davidson concorda com Smithin quando este aponta que o Pós Keynesianismo não deve ter sucesso enquanto for apenas um termo genérico para designar toda e qualquer abordagem heterodoxa, já que essas abordagens heterodoxas são incoerentes umas com as outras, tanto em termos de princípios teóricos quanto em termos de “visão de mundo” (Smithin, 1996, p. 3 apud King, 2002, p. 259).
- 4) Sobrevivência como uma combativa minoria: na visão de Davidson, essa é a única opção viável; o Pós Keynesianismo deve sobreviver, pois “há um verdadeiro mérito analítico para a tradição Pós Keynesiana” e “há problemas reais de grande importância que continuam a dividir os Pós Keynesianos dos seus oponentes do *mainstream*” (King, 2002, p. 260).

Caso a tradição Pós Keynesiana não sobreviva, Davidson conclui, a revolução de Keynes corre o risco de ser vista somente como um evento secundário e irrelevante diante do desenvolvimento regular do pensamento econômico clássico (Davidson, 2003-04, p. 271).

## **CAPÍTULO III: John King, Marc Lavoie e Sheila Dow: definição ampla de Pós Keynesianismo**

A resposta à crítica feita por Davidson ao livro de King foi realizada em conjunto por Marc Lavoie, pelo próprio King, e por Sheila Dow, em uma edição do *Journal of Post Keynesian Economics* que contou também com a tréplica de Davidson. Vamos analisar separadamente os argumentos de cada autor.

### **III.1 - Lavoie: *Changing Definitions***

O foco da crítica de Lavoie ao artigo de Davidson é direcionado à definição de Pós Keynesianismo; mais especificamente, Lavoie destaca a mudança que há entre a definição de Pós Keynesianismo defendida por Davidson nos anos 1970 e 1980 e a que ele defende atualmente.

Lavoie começa lembrando que Davidson fornece, em sua obra dos anos 1970 e 1980, uma taxonomia das diferentes escolas de pensamento na ciência econômica, dividindo os economistas em cinco grupos: (1) Monetaristas; (2) Keynesianos da Síntese Neoclássica; (3) Keynesianos da “escola de Keynes” (e.g., Harrod, Lerner, Shackle, Weintraub, Davidson, Minsky, Moore, Wells, Vickers); (4) neo-Keynesianos (e.g., Kalecki, Robinson, Kaldor, Sraffa, Pasinetti, Eichner, Harcourt, Garegnani, Roncaglia, Nell); e (5) Radicais-Socialistas, (Davidson, 1972, pp. 3-4; 1980, p. 155; 1982, pp. 1-9; apud Lavoie, 2005, p. 372). Davidson defendia que os “economistas Pós Keynesianos são um amálgama principalmente daqueles das escolas de Keynes e dos neo-Keynesianos” (Davidson, 1982, p.9 apud Lavoie, 2005, p. 372), mas Lavoie destaca que essa definição se estendia também àqueles que mostravam alguma simpatia pela análise Pós Keynesiana, tais como Tobin, Hicks, Eisner e J. K. Galbraith (Lavoie, 2005, p. 372). Davidson argumentava ainda que os “Pós Keynesianos não (...) representam uma abordagem purista” (Davidson, 1982, p.9 apud Lavoie, 2005, p. 372), o que está de acordo com a própria declaração de propósitos que presidiu à criação do *Journal of Post Keynesian Economics*, na qual Davidson e Weintraub declaram que “não é uma nova

seita que buscamos fomentar (...) O termo ‘pós Keynesiano’ será assim interpretado de forma ampla” (Davidson e Weintraub, 1978, p.6 apud Lavoie, 2005, p. 373).

Ocorre, no entanto, que “Davidson agora redefiniu o significado de Pós Keynesianismo” (Lavoie, 2005, p. 373), pois ao criticar as definições amplas de Pós Keynesianismo defendidas tanto por Hamouda e Harcourt quanto por King, “Davidson está criticando sua própria escolha prévia de definições” (ibid., p. 372). Na nova definição de Pós Keynesianismo defendida por Davidson, são excluídos Kalecki, Sraffa e seus seguidores, bem como os Pós Keynesianos americanos Minsky e Eichner. A nova definição de Pós Keynesianismo é, portanto, bastante restritiva, como nota Lavoie, pois inclui somente alguns representantes da “escola de Keynes” – na taxonomia de Davidson –, ou keynesianos fundamentalistas – utilizando a taxonomia de Hamouda e Harcourt. Essa nova definição baseia-se, como já foi ressaltado, em “abandonar os mesmos axiomas clássicos que Keynes descartou na teoria geral” (Davidson, 2003-04, p. 263), já que “a revolução de Keynes envolveu um diferente conjunto de axiomas” (Davidson, 1982, p.8 apud Lavoie, 2005, p. 373). Trata-se, portanto de uma definição axiomática de Pós Keynesianismo, na qual Davidson pretende impedir que os economistas ortodoxos tenham subsídios para repudiar o “logicamente incompatível ‘balbucio’ babilônico que emana dos diferentes teóricos na tenda Pós Keynesiana de King como uma estrutura analítica incoerente” (Davidson, 2003-04, p. 247). De fato, na visão de Davidson, a definição ampla de Pós Keynesianismo “permite que os economistas do *mainstream* repudiem a teoria Pós Keynesiana como sem importância e irrelevante” (ibid., p. 266).

No entanto, Lavoie ressalta que a nova classificação proposta por Davidson não é, ela mesma, suficientemente coerente: se por um lado Davidson busca excluir Minsky de sua definição de Pós Keynesianismo porque o mesmo não considera interessante ou importante a análise de oferta e demanda agregada do princípio da demanda efetiva, por outro lado ele inclui outros autores que não fazem uso dessa estrutura analítica, como Moore, Thirlwall e Kaldor, e deixa de incluir autores que consideraram interessante essa abordagem, como Asimakopulos e Parrinello (Lavoie, 2005, p. 374).

Lavoie segue lembrando que essa mudança de posição de Davidson com relação à definição de Pós Keynesianismo já vinha sendo expressa em trabalhos recentes, como, por exemplo, Davidson (1996), contra a teoria econômica sraffiana, e Davidson (2000; 2002), contra a economia kaleckiana. A favor de Davidson, no entanto, Lavoie lembra que “Davidson (o editor) já publicou os trabalhos de todas as vertentes da economia heterodoxa (...) incluindo artigos sraffianos e kaleckianos” (Lavoie, 2005, p. 374). Para Lavoie, seria muito mais frutífero seguir a linha proposta no passado por Davidson, quando propôs as seguintes características chave comuns ao Pós Keynesianismo – tal qual ele é definido em seu sentido mais amplo (Davidson, 1982, pp. 14-23 apud Lavoie, 2005, p. 374): (1) a noção de que o sistema econômico é um processo que se move de forma irreversível através do tempo calendário; (2) o papel das expectativas em um mundo de incerteza; (3) o papel das instituições econômicas e políticas no sistema econômico; (4) a relevância da distribuição da renda (e do poder); (5) o conceito de capital em um sistema econômico e a diferença entre capital financeiro e capital real (físico); (6) efeitos renda mais dominantes do que efeitos substituição.

Tal definição ampla de Pós Keynesianismo permite que diferentes escolas de pensamento heterodoxas – e.g., keynesianos fundamentalistas, kaleckianos, sraffianos, institucionalistas, marxistas – sigam adiante juntas, evitando que o Pós Keynesianismo se isole em um grupo fechado e autossuficiente (Lavoie, 2005, p. 375). Para isso, Lavoie sublinha, é preciso ter “um claro entendimento sobre as razões pelas quais as teorias diferem, bem como (...) sobre as muitas características que essas várias teorias ou escolas de pensamento compartilham” (ibid., p. 375). Como exemplo de similaridades teóricas, Lavoie cita a visão similar sobre o conceito de progresso técnico que Harrod, Kaldor e Robinson compartilham, apesar de divergirem em diversos outros aspectos; ou ainda as visões também muito similares sobre a endogeneidade da moeda e a determinação da taxa de juros entre autores tão diversos quanto Eichner, Godley, Robinson e Moore. Ressaltando essas importantes similaridades e seus contrastes com a ortodoxia, Lavoie conclui que os “Líderes de uma combativa minoria deveriam sublinhar essas semelhanças e encorajar jovens pesquisadores a serem ecléticos autores heterodoxos” (ibid., p.375).

### III.2 - King: *Unwarping the Record*

King, após um breve *mea culpa* no qual esclarece alguns pequenos equívocos que ele admite ter cometido no decurso de seu livro, reafirma alguns aspectos destacados na obra que foram criticados por Davidson.

Em primeiro lugar, King reitera que Keynes foi simpático às interpretações de sua obra em termos de modelos do tipo IS-LM, como demonstram as cartas a Harrod e Hicks e as críticas positivas ao modelo desenvolvido por Lange (King, 2002, p. 31; King, 2005, p. 378). Afirmar também que Davidson confundiu sua referência ao modelo tipo IS-LM de Kalecki – ao qual King refere-se apenas como uma “interessante anomalia” para demonstrar a força que esse tipo de modelo macroeconômico walrasiano detinha à época no pensamento econômico – com uma tentativa de associar Kalecki ao Pós Keynesianismo simplesmente pelo uso de um modelo desse tipo, o que foi, claramente, um mal entendido por parte de Davidson.

King também considera inadequadas as afirmações de que Marx e Sraffa seriam pensadores “clássicos” no sentido que Keynes atribui ao termo, ou seja, no sentido de serem defensores da Lei de Say. Cabe ressaltar que o sentido do termo “clássico” utilizado por Sraffa – referente aos economistas dos séculos XVIII e XIX, e incluindo ainda John Stuart Mill, Ricardo e Marx – difere substancialmente daquele utilizado por Keynes – para o qual o termo refere-se em geral aos pensadores da macroeconomia *neoclássica* (King, 2005, p. 379). King enfatiza que há uma ampla literatura – incluindo Joan Robinson, no caso de Marx, e Garegnani, no caso de Sraffa – sobre os aspectos *anti-Lei de Say* desses autores. E no que se refere à qualificação de Kalecki como um “imperfeccionista” – por apoiar-se no conceito de competição monopolística para explicar o desemprego involuntário –, King afirma que isso é “ainda menos convincente do que a proposição de que Keynes é um representante da síntese neoclássica” (ibid., p. 379).

King repudia também as afirmações de que Minsky e Eichner seriam “Keynesianos do *mainstream*” (Davidson, 2003-04, pp. 252-3). No que se refere a Minsky, apesar de concordar parcialmente com Davidson, principalmente quando é avaliada a obra do jovem Minsky, King

aponta que a obra mais madura do autor – sobretudo o livro *John Maynard Keynes* e a defesa da equação de lucro de Kalecki – apontam para um considerável afastamento do *mainstream* (King, 2005, pp. 379-80). Já no caso de Eichner, King expõe sua dificuldade em compreender o porquê do mesmo não ser incluído por Davidson na escola Pós Keynesiana, diante das inúmeras contribuições a essa escola de pensamento, tais como: o influente trabalho de Eichner sobre a determinação dos preços via *mark-up*, que utiliza a teoria do investimento de Keynes; a obra *Guide to Post Keynesian Economics*, que conta com a contribuição do próprio Davidson; e a obra *Essay on Post Keynesian Theory*, em coautoria com Kregel – o qual, curiosamente, é aceito por Davidson como um economista Pós Keynesiano, mesmo tendo publicado um livro, com prefácio de Joan Robinson, que apresenta Kalecki e Sraffa como representantes da escola Pós Keynesiana (ibid., p. 380).

King segue com uma forte crítica à inclusão de Hicks na escola Pós Keynesiana, defendida por Davidson devido à mudança de posição com relação ao modelo IS-LM exposta por Hicks no início dos anos 1980. King enxerga no artigo de Hicks um “walrasianismo impenitente”, bem como uma ênfase na questão da rigidez de preços para a explicação do desemprego involuntário, que o caracteriza como um imperfeccionista, mais ligado à escola Novo Keynesiana do que à tradição Pós Keynesiana. Segundo King, a autocrítica de Hicks é “discreta e evasiva”, e portanto a mudança de posição demonstrada por Hicks não é suficiente para caracterizá-lo como um Pós Keynesiano (ibid., p. 380).

King parte então para o que ele considera ser um ponto mais importante de discordância entre ele e Davidson, relacionado às diferentes visões sobre a importância da coerência para a teoria macroeconômica e sobre o impacto que a incoerência da teoria econômica Pós Keynesiana teve sobre a marginalização dessa escola de pensamento. Primeiro, King observa que essa questão está intimamente ligada à crítica desenvolvida por Davidson contra a utilização do método babilônico na ciência econômica. Porém, como Sheila Dow enfatiza, essa interpretação é baseada numa leitura equivocada do pensamento babilônico como o extremo oposto do pensamento cartesiano/euclidiano – e que permitiria, portanto, um “vale tudo” na ciência econômica –, quando na verdade o pensamento babilônico busca transcender a dicotomia entre o pensamento cartesiano/euclidiano e o pensamento não-cartesiano/não-euclidiano (Dow, 1996; 2003; 2005; apud King, 2005, p. 380-81). Em segundo lugar, King questiona a coerência do próprio pensamento de Davidson, já

que o mesmo utiliza uma análise marshalliana, sujeita, portanto, à crítica do capital de Sraffa (King, 2005, p. 381). Além disso, apesar da insistência de Davidson na ideia de que Keynes foi um crítico da teoria neoclássica do capital, sugerindo que essa crítica está expressa no apêndice ao capítulo 14 da *Teoria Geral*, King afirma que se trata apenas de “uma breve e difícil passagem em um livro muito longo” (ibid., p. 381).

Porém, ainda mais problemática é a questão da aceitação, por parte de Keynes, do primeiro postulado clássico, segundo o qual o salário é igual ao produto marginal do trabalho (Keynes, 1982, p. 25 apud King, 2005, p. 381), pois, para que esse postulado seja válido, King sublinha que são necessárias basicamente três condições: (1) competição perfeita no mercado de bens, de forma que o preço seja igual à receita marginal; (2) competição perfeita no mercado de trabalho, de forma que o salário seja igual ao custo marginal do trabalho; (3) função de produção bem comportada, duplamente diferenciável, de forma que o produto marginal do trabalho seja uma função monotonicamente decrescente do nível de emprego (King, 2005, p. 381). King destaca que o item (3) sucumbiu à crítica do capital (ibid. p. 381), e que, se por um lado é possível “resgatar” Keynes do item (1) – da forma como Davidson tem defendido há bastante tempo<sup>18</sup> – ninguém foi capaz de fazer o mesmo no caso em que o item (2) não seja satisfeito (ibid., p. 381). Assim, até mesmo economistas ortodoxos aceitam hoje, cada vez mais, a ideia de que o monopsonio é um fenômeno generalizado no mercado de trabalho (ibid., p. 381).

King ressalta ainda que Weintraub veio a reconhecer as implicações dessas questões para sua própria versão marshalliana da teoria Pós Keynesiana, embora tenha relutado em abandonar definitivamente a teoria da produtividade marginal. Segundo King, a eclética teoria das parcelas relativas na renda de Weintraub provavelmente falharia no teste de coerência de Davidson, ao combinar propensão média a poupar, taxa de consumo em relação à folha salarial, grau de monopólio, e a razão entre o produto marginal e médio do trabalho. Por fim, Weintraub também falhou no enfrentamento do problema do monopsonio (King, 2005, p. 382).

---

<sup>18</sup> Permitindo diferenças no grau de monopólio em diferentes indústrias, como refletido na elasticidade da demanda por produtos (Davidson, 1994, p. 166; Davidson e Smolensky, 1964, p. 128-131).



King critica ainda a insistência de Davidson na descrição de Keynes como um teórico axiomático/matemático, superior a Debreu pelo fato de requerer menos axiomas restritivos, e prover, portanto, uma teoria mais geral (Davidson, 2003-04, pp. 257, 261). De acordo com essa visão, Keynes “foi um fomentador da ciência econômica como uma análise lógica matemática (axiomática)” que detinha “uma visão pragmática do processo físico do mundo real em mente” (Davidson, 2004, p.2 apud King, 2005, p. 382). King discorda dessa visão de Davidson, sublinhando que esta não é a sua interpretação sobre a *Teoria Geral*, mas afirma que isso levanta a importante questão sobre o grau de coerência que é, por um lado, atingível, e, por outro, desejável na ciência econômica (King, 2005, p. 382). De acordo com King, há ao menos dois significados distintos de coerência analítica. A versão fraca de coerência requer apenas que a teoria não contenha contradições internas, erros lógicos ou persistente aderência a posições comprovadamente errôneas (ibid., p. 382). Já a versão forte de coerência requer a articulação de uma estrutura teórica única, inquestionável e universal que possa ser invocada em todos os tipos de questões analíticas e de prescrição de políticas, da mesma forma como a estrutura analítica de equilíbrio geral é utilizada pela economia neoclássica (ibid., p. 382). Isso implica, como King ressalta, em aceitação de uma metodologia do tipo *closed-system thinking*, que não é aceita pelos defensores do realismo crítico, entre outras correntes metodológicas heterodoxas. Uma construção desse tipo, conclui King, embora possa ser desejável, não parece ser aplicável à realidade (ibid., p. 382).

Em última análise, King discorda fundamentalmente de Davidson quanto à questão da definição ampla ou estreita de Pós Keynesianismo. King concorda com Weintraub quando este celebra a “revolução de Kaldor-Kalecki-Robinson” na macroeconomia (Weintraub, 1972 apud King, 2005, p. 382), e ressalta a ironia de que, dos três revolucionários citados por Weintraub, apenas Kaldor seja aceito por Davidson na escola Pós Keynesiana – logo Kaldor, “o *menos* consistente de todos os Pós Keynesianos” (King, 2005, p. 382). King lembra ainda que Davidson concordou com a conclusão de seu livro, de que o futuro mais provável para o Pós Keynesianismo seja a “sobrevivência como uma combativa minoria” (King, 2002, pp. 259-60; Davidson, 2003-04, pp. 269-71), e que, diante da crescente ameaça ao Pós Keynesianismo – tanto pela intolerância da ortodoxia quanto por uma guinada política à direita, que faz com que qualquer prescrição política Pós Keynesiana pareça uma fantasia socialista –, uma definição tão estreita quanto a de Davidson põe em risco a sobrevivência dessa corrente de pensamento, já que, segundo King, “No admirável mundo novo neoliberal

em que vivemos hoje, pequenas tendas são bastante suscetíveis de serem pisoteadas” (King, 2005, p.383).

### **III.3 - Dow: Axioms and Babylonian Thought**

A crítica de Sheila Dow a Davidson refere-se à veemente afirmação deste, segundo a qual “a abordagem babilônica permite um ‘vale tudo’ na ciência econômica” (Davidson, 2003-04, p. 262). Ainda segundo Davidson, “Essa filosofia babilônica tem sido o calcanhar de Aquiles da teoria Pós Keynesiana, pois o incoerente balbúcio babilônico permite aos economistas do *mainstream* ignorar o Pós Keynesianismo como [uma teoria] absolutamente sem consistência ou ‘rigor’” (ibid., p. 262). Para Davidson, a filosofia babilônica é, portanto, uma das principais responsáveis pela falta de coerência e rigor da definição ampla de economia Pós Keynesiana proposta por King. Dow pretende mostrar, no entanto, que, ao contrário do que a crítica de Davidson sugere, o pensamento babilônico não é diametralmente oposto à lógica clássica, mas uma outra forma de lógica, que é rigorosa à luz da natureza não ergódica dos sistemas sociais e da incerteza que essa natureza implica (Dow, 2005, p. 385).

Dow inicia a discussão mostrando que, como já foi ressaltado nas seções anteriores, a crítica de Davidson à economia clássica é direcionada ao fato de que ela se apoia em três axiomas: o axioma da substitutibilidade bruta, o axioma dos reais (ou da neutralidade da moeda) e o axioma da ergodicidade dos processos econômicos. Para Davidson, esses três axiomas restringem indevidamente o escopo da economia clássica, sobretudo com relação à aplicação dessa teoria aos “fatos da experiência”, e fazem com que a economia clássica seja apenas um caso especial da teoria mais geral de Keynes, que requer apenas um axioma: o axioma da não ergodicidade (Davidson, 1982-83 apud Dow, 2005, p. 386) – que tem a dupla vantagem de ser menos restritivo e baseado na experiência real. Dow observa que, dessa forma, Davidson transporta do *mainstream* clássico para o Keynesianismo a linguagem da lógica axiomática, e aponta que o que está por trás dessa escolha é uma questão retórica<sup>19</sup>: Davidson pretende mostrar que o Pós Keynesianismo é tão rigoroso quanto a economia clássica, porém mais geral; além disso, se os economistas clássicos aceitam apenas uma forma de lógica, os problemas da economia Pós Keynesiana devem ser colocados em termos dessa

---

<sup>19</sup> Dow aponta que as razões para essa escolha estão expressas de forma mais definida no artigo *Taxonomy, Communication, and Retorical Strategy*.

mesma lógica, sob pena de serem considerados ilógicos. Dow concorda com essa estratégia, pois para ela “é um elemento legítimo de uma estratégia pluralista para a economia heterodoxa que algumas linhas de argumentos sejam expressas na linguagem da ortodoxia” (Dow, 2005, p. 387).

Porém, Dow questiona: “até que ponto é razoável representar a própria abordagem de Keynes (...) como axiomática?” (ibid., p. 387). Para Dow, existem alternativas a esse tipo de abordagem, e muitos esforços tem sido feitos para sublinhar a alternativa lógica que Keynes desenvolveu particularmente em seu *Treatise on Probability* – a lógica humana ou ordinária aplicável em um mundo não ergódico no qual o conhecimento é mantido com incerteza (ibid., p. 387). Para Keynes, certos tipos de conhecimento raramente se aplicam a sistemas sociais, pois esses são abertos no sentido de estarem sujeitos a mudanças devido a fatores humanos e institucionais, e, portanto, não há motivos para supor que essas estruturas permaneçam estáveis. Porém, a lógica dedutiva axiomática requer que o conhecimento dos axiomas seja mantido com certeza, pois se não houver certeza sobre a validade dos axiomas e eventuais suposições, também não haverá certeza sobre as proposições resultantes. Keynes então se esforça por desenvolver outra forma de lógica que possa fornecer um conhecimento mais robusto sobre a realidade, já que a lógica clássica não é aplicável aos problemas do mundo real (ibid., p. 387). Dow vai mais além, chamando atenção para o fato de que Keynes distinguiu várias fontes de conhecimento através das quais se podem estabelecer bases razoáveis para a crença em certas proposições como base para a ação, apesar da incerteza (ibid., p. 387). São elas: conhecimento direto, conhecimento indireto (teórico), conhecimento convencional e *animal spirits* (intuição). Essas fontes de conhecimento são incomensuráveis por natureza, não podendo ser capturadas por qualquer tipo de formalismo matemático, o que impede que sejam combinadas em um único sistema formal (ibid., p. 387).

Posto o problema da lógica dedutiva axiomática aceita por Davidson, Dow passa então a apresentar as características do pensamento babilônico. A lógica babilônica se apoia na ideia de que a lógica dedutiva axiomática tradicional não se aplica aos problemas do mundo real, pois longas cadeias de raciocínio são vulneráveis ao erro e requerem todo tipo de hipóteses auxiliares, de forma que, mesmo quando os axiomas são evidentemente verdadeiros, a validade das conclusões estará comprometida (ibid., p. 388). Assim, a abordagem mais adequada seria utilizar cadeias mais curtas de raciocínio, que partem inevitavelmente de

diferentes pontos, dependendo da questão a ser abordada e dos métodos empregados (ibid., p. 388). Dow sublinha que esse tipo de abordagem remete às justificativas de Marshall para a análise de equilíbrio parcial, bem como à lógica ordinária de Keynes que combina diferentes fontes de conhecimento com o objetivo de aumentar a confiança em determinada proposição, e está intimamente ligado, também, à questão do pluralismo metodológico (ibid., p. 388).

Assim, o pensamento babilônico não está associado ao “vale tudo”, como insinua Davidson. Segundo Dow:

“O pensamento cartesiano/euclidiano concentra-se no que é conhecido ou conhecível, i.e., informação, enquanto seu oposto, o pensamento não-cartesiano/não-euclidiano, concentra-se no não conhecível [onde ‘vale tudo’] (...). O pensamento babilônico transcende essa dicotomia ao estabelecer um sistema para gerar conhecimento, no qual a possibilidade de conhecimento é uma questão de grau.” (Dow, 1996, p.11 apud Dow, 2005, p. 388).

De fato, “abandonar a lógica clássica não significa desistir completamente da lógica” (Dow, 2005, p.388). Como já ressaltado anteriormente, Keynes se esforçou imensamente para desenvolver uma nova forma de lógica que fosse mais rigorosa no sentido de ser mais aplicável ao mundo real do que a lógica clássica, e Dow procurou traduzir esse esforço em termos do pensamento babilônico. Dessa forma, o pensamento babilônico é uma forma de compreender a lógica ordinária desenvolvida por Keynes no *Treatise on Probability* (Dow, 2005, p. 385).

Recentemente, Dow procurou reformular seu argumento em termos do que ela chamou de “pluralismo estruturado”, “que é um pluralismo logicamente fundamentado, construído sobre entendimentos particulares sobre a natureza do mundo real, ou ontologias, com cada escola de pensamento associada a uma diferente ontologia” (ibid., p. 388). Segundo ela, uma forma “pura” de pluralismo acabaria indo ao encontro da crítica do “vale tudo”. Entre essas diferentes ontologias, a economia heterodoxa pode ser identificada como compartilhando o ponto de partida de que o mundo social deve ser entendido como um sistema aberto e orgânico (ibid., p. 388). Ela lembra que essa é o principal argumento da crítica de Lawson à metodologia do *mainstream* neoclássico, com sua exagerada ênfase no formalismo matemático, que, segundo ele, só pode ser justificada por uma ontologia do tipo

*closed-system* – associada ao axioma da ergodicidade –, em oposição ao *open-system thinking* característico da abordagem do pluralismo metodológico (Lawson, 1997; 2003; apud Dow, 2005, p. 388).

Dow então observa, curiosamente, que, se ela empregasse simplesmente o termo “*axioma da não ergodicidade*” para a posição ontológica na qual a economia Pós Keynesiana é construída, talvez não houvesse discordância entre ela e Davidson. De fato, essa ontologia suporta uma variedade mais geral de teorias do que o caso especial da economia ortodoxa. Além disso, o conteúdo teórico de Davidson se adequa bem à lógica ordinária de Keynes – e, portanto, ao pensamento babilônico, ou ao pluralismo estruturado. Davidson emprega o formalismo matemático não como um somatório total do seu argumento, mas como um tipo de argumento suplementado por outros tipos de argumentos e fontes de conhecimento, e sua escolha de métodos é feita com base no tipo de questão a ser enfrentada e no seu entendimento sobre a natureza do mundo real. Dow parece sugerir, com isso, que as divergências entre ela e Davidson são muito mais semânticas do que ligadas a aspectos reais da teoria (Dow, 2005, pp. 388-89).

Ainda no âmbito semântico, Dow reconhece que o uso do termo “babilônico” não foi adequado para explicar a natureza do seu argumento, e permitiu que houvesse interpretações errôneas – como a de Davidson – sobre o pensamento babilônico como o extremo oposto da lógica formal. Por isso ela preferiu adotar o termo “pluralismo estruturado” como forma de explicitar melhor a combinação de conhecimento incerto com rigor lógico que caracteriza essa abordagem, fugindo assim das críticas que buscam associar o pensamento babilônico à ausência de rigor. Por outro lado, Dow aponta que há também um problema em Davidson quando o mesmo utiliza o termo “axioma”, pois há uma associação enganosa com a lógica dedutiva clássica, o que vai de encontro à lógica alternativa (ordinária, humana ou pluralista) associada ao pensamento Pós Keynesiano. Ao utilizar uma lógica axiomática na sua crítica ao pensamento babilônico, Davidson faz uma distinção forte e inapropriada entre sua posição e a posição da economia Pós Keynesiana, que é caracterizada pela lógica ordinária (ibid., p. 389). Assim, Dow conclui que há um grande espaço para concordância entre sua abordagem e a de Davidson, já que muitas das diferenças são na realidade semânticas, e as perspectivas metodológicas de ambos são amplamente compatíveis, apesar das aparentes discordâncias (ibid., p. 389).

## CAPÍTULO IV: Avaliação Crítica do Debate

A avaliação crítica do debate será feita à luz da tréplica de Davidson (Davidson, 2005), que, em resposta às críticas de Lavoie, King e Dow, reforçou sua definição axiomática e bastante limitada de Pós Keynesianismo.

Em resposta a Lavoie e à crítica de que teria mudado, recentemente, a própria definição de Pós Keynesianismo que defendia nos anos 1970 e 1980, Davidson afirma que sua defesa anterior de uma definição mais ampla de Pós Keynesianismo – que abarcava kaleckianos, sraffianos, etc. – estava baseada em dois pontos: em primeiro lugar, Davidson buscou adotar uma estratégia política para formação de uma frente ampla de economistas heterodoxos que tivesse força suficiente para lutar contra o *mainstream* e retirá-lo de sua posição de dominância; em segundo lugar, Davidson pensava que, se todas essas escolas de pensamento alternativas realmente acreditavam na revolução keynesiana, ele seria capaz de convencê-los, enfim, a modificar suas estruturas analíticas de forma a rejeitar os axiomas restritivos clássicos e adotar o modelo de oferta e demanda agregada com microfundamentos marshallianos (Davidson, 2005, p. 395). No entanto, as tentativas de Davidson foram frustradas, tanto na tentativa de derrotar o *mainstream*, quanto na suposição de que seria possível convencer os demais representantes da definição ampla de Pós Keynesianismo a mudar suas estruturas analíticas. Para Davidson, essa recusa de kaleckianos, sraffianos e outros economistas heterodoxos em adotar o modelo de oferta e demanda agregada forneceu, como já ressaltado anteriormente, subsídios para que os economistas ortodoxos apontassem a incoerência da abordagem Pós Keynesiana, por possuir várias estruturas analíticas diferentes e incompatíveis umas com as outras.

Com relação às críticas de King, Davidson inicia refutando a ideia de que a IS-LM de Hicks seja uma descrição fiel da *Teoria Geral* – e que Keynes a tenha endossado –, e cita o artigo de Hicks no qual este teria rejeitado sua própria formulação da *Teoria Geral* em termos do modelo IS-LM (Davidson, 2005, p. 398). No entanto, o fato é que o capítulo 18 da *Teoria Geral* realmente abre espaço para uma reformulação do mesmo em termos de um modelo de equilíbrio geral com três equações simultâneas; o que Hicks fez foi somente representar algébrica e graficamente o que Keynes descreveu em palavras no capítulo 18. Dessa forma,

não é de se estranhar que a própria crítica de Keynes à interpretação walrasiana de Hicks para a *Teoria Geral* tenha sido positiva.

Quanto à definição de Marx como um pensador clássico, Davidson ressalta a citação que o próprio King fez de Joan Robinson, segundo a qual, apesar da rejeição de Marx à Lei de Say, seu objetivo era “descobrir uma teoria da crise que se aplicaria a um mundo no qual a Lei de Say fosse cumprida” (Robinson, 1942, p. 53 apud Davidson, 2005, p. 398). Dessa forma, a teoria de Marx não seria uma teoria *geral* como a de Keynes (ibid., p. 398). Quanto a Kalecki, Sraffa e Minsky – e, conforme se pode depreender de seu artigo anterior (Davidson, 2003-04), essa crítica se estende também a Eichner – Davidson é categórico em afirmar os aspectos clássicos desses autores pelo fato de não adotarem o modelo de oferta e demanda agregada e de não rejeitarem os axiomas restritivos clássicos (ibid., p. 398), ignorando o fato de que tenham sido contundentes críticos da Lei de Say. Além disso, Davidson reforça também que, após a “retratação” de Hicks em seu artigo no *JPKE*, passou a considerar Hicks um pensador Pós Keynesiano (ibid., p. 398) – o que é, claramente, um exagero, pois Hicks de fato nunca chegou a adotar o modelo de oferta e demanda agregada, e, mesmo após a publicação desse artigo, seguiu apresentando, nas palavras de King, um “walrasianismo impenitente” (King, 2005, p. 380).

Davidson segue com uma objeção à afirmação de King de que sua própria análise seria incoerente, na medida em que, ao adotar microfundamentos marshallianos, estaria sujeita à crítica do capital formulada por Sraffa. Para Davidson, nenhum ponto da teoria de Keynes e de sua própria teoria estaria sujeito à crítica de Sraffa, pois essa crítica se dirige a uma curva de produtividade marginal do capital negativamente inclinada – e que não possui pontos de *retorno das técnicas* – que é a curva de demanda por capital. No entanto, para Davidson, uma curva de produtividade marginal do capital – não importa qual seja o seu formato – *não é* a curva de demanda por capital em uma economia monetária de produção (ibid., pp. 398-99). Esse também é um argumento equivocado, pois toda a microeconomia neoclássica baseada na teoria da produtividade marginal foi seriamente abalada pela crítica de Sraffa, e isso inclui o aparato marshalliano no qual Keynes e os Pós Keynesianos fundamentalistas se apoiam. Como King oportunamente sublinha, Keynes inclusive aceita o primeiro postulado clássico, segundo o qual o salário é igual ao produto marginal do trabalho, e o próprio conceito de eficiência marginal do capital de Keynes está intimamente ligado à teoria da produtividade

marginal. A aceitação do primeiro postulado clássico traz sérias implicações para a teoria de Keynes, pois tal postulado só seria válido se houvesse competição perfeita – tanto no mercado de bens quanto no mercado de trabalho – e uma função de produção bem comportada e duplamente diferenciável. Logo, a pretensão de Keynes de elaborar uma teoria que seja aplicável a qualquer grau de competição fica prejudicada, bem como a tentativa de Davidson de salvar Keynes dessa armadilha e de livrá-lo da crítica de Sraffa.

Davidson segue com uma análise das definições de coerência apresentadas por King. Davidson concorda com a definição fraca de coerência – segunda a qual uma teoria coerente é aquela que não possui erros e contradições internas –, mas discorda da definição forte de coerência, pois, para Davidson, King confunde coerência com o conceito de rigor no sentido Bourbakiano, segundo o qual uma teoria não precisa ser testada na realidade, sendo o rigor *per se* o critério relevante para avaliar uma estrutura teórica (ibid., pp. 400-01). Para Davidson, a definição fraca de coerência é necessária, mas não suficiente para que uma teoria seja aplicável aos problemas econômicos do mundo real. O exemplo que utiliza é o da teoria de Debreu, que tem forte consistência interna, mas é irrelevante para explicar os “fatos da experiência” (ibid., p. 400). Assim, “Uma coerente teoria realista possuindo o nível máximo de generalidade deve ser a base analítica fundamental sobre a qual todos os desenvolvimentos teóricos são construídos” (ibid., p. 400). A teoria de Keynes é a mais geral por possuir menos axiomas restritivos; a teoria de Debreu, por outro lado, não busca máxima generalidade, mas o grau correto de generalidade. A definição estreita de Pós Keynesianismo defendida por Davidson não só possui coerência e máximo grau de generalidade, como também é capaz de especificar os axiomas restritivos que devem ser rejeitados na teoria de Debreu para que se chegue a uma teoria geral. A definição ampla, no entanto, ao abarcar economistas com estruturas analíticas tão diversas, não possui coerência sequer no sentido mais fraco defendido por King, devido às inúmeras inconsistências internas.

Com relação à crítica de Sheila Dow, Davidson questiona a não aceitação da representação de Keynes sob uma abordagem axiomática. Para ele, ao rejeitar a caracterização de Keynes como um pensador axiomático/matemático, Dow negligencia o caráter revolucionário da *Teoria Geral* de Keynes no sentido de ser uma teoria mais geral por possuir menos axiomas restritivos do que a economia clássica (ibid., p. 403). Aqui, Davidson faz uma analogia à teoria da relatividade geral de Einstein, que seria mais geral do que a teoria clássica



de Newton justamente por possuir menos axiomas restritivos (ibid., p. 403-404). Em sua opinião, as teorias de Keynes e de Debreu diferem somente pelos axiomas restritivos que Debreu inclui para alcançar o grau correto de generalidade, ao passo que Keynes, ao abandonar tais axiomas restritivos, alcança o grau máximo de generalidade. Em seguida, Davidson aponta como incorreta a afirmação de Dow de que a existência de incerteza fundamental sobre o futuro invalidaria a utilização de uma lógica dedutiva axiomática, uma vez que a lógica dedutiva axiomática requer que a validade dos axiomas seja conhecida com certeza. Para Davidson, trata-se de uma confusão entre a incerteza enfrentada pelos tomadores de decisão e a incerteza do ponto de vista de quem desenvolve a teoria. Quanto ao argumento de que longas cadeias de raciocínio estariam sujeitas a erros, Davidson concorda, porém afirma que esse não é um argumento para que se abandonem longas cadeias de raciocínio em favor de cadeias de raciocínio mais curtas, e sim que os teóricos devem ser cuidadosos ao desenvolver grandes cadeias de raciocínio – como é o caso de Debreu, que apesar de utilizar longas cadeias de raciocínio, não comete erros lógicos. Assim, Davidson rejeita o pluralismo estruturado defendido por Dow e reafirma sua definição axiomática de Pós Keynesianismo e a importância do rigor e da coerência na busca da verdade científica através dessa abordagem axiomática.

Chegamos, portanto, a diferentes definições sobre a escola Pós Keynesiana. Escolher entre uma dessas definições está fora do escopo deste trabalho, porém é possível delinear em que aspectos os argumentos dos autores são razoáveis para a delimitação do Pós Keynesianismo. Davidson, por exemplo, tem razão em criticar uma definição excessivamente ampla de Pós Keynesianismo – como King faz, por exemplo, ao dizer que “todos aqueles que se auto intitulam Pós Keynesianos qualificam-se automaticamente” (King, 2002, p. 5). Uma definição tão ampla não contribui para a compreensão dos limites da economia Pós Keynesiana, e permite a inclusão, por exemplo, dos representantes da síntese neoclássica – embora King não permita que eles sejam considerados como tais. Por outro lado, a definição de Davidson é excessivamente restritiva, pois exclui importantes expoentes do pensamento Pós Keynesiano – notadamente os Pós Keynesianos de Cambridge, mas também alguns representantes do Pós Keynesianismo americano, como Minsky e Eichner. Esse fundamentalismo de Davidson está baseado na concepção da *Teoria Geral* como uma obra acabada que provê um modelo único para abordar todos os problemas econômicos. Para a concepção mais ampla, de Pós Keynesianismo, são admitidos desenvolvimentos das ideias de Keynes que transcendem o modelo estrito descrito na *Teoria Geral*.

Entre a definição excessivamente restritiva de Davidson e a definição excessivamente ampla de King, deve-se encontrar, portanto, os aspectos essenciais para uma definição de Pós Keynesianismo que seja suficientemente ampla para permitir o desenvolvimento das ideias de Keynes para além da *Teoria Geral*. Como King admite, utilizando as linguagens de Kuhn e Lakatos, na ciência econômica “os limites entre os paradigmas são frequentemente contestados ou mal definidos, e (...) os programas de pesquisa sobrepõem-se de formas complexas e muitas vezes contestadas”, o que faz com que a definição de uma escola de pensamento econômico não seja uma tarefa simples (King, 2002, p.5). King demonstra concordar com as “seis mensagens centrais da visão de Keynes” propostas por Thirwall, que para ele seriam uma plataforma mínima para o Pós Keynesianismo (Thirwall, 1993 apud King, 2002, pp. 5-6): (1) produto e emprego são determinados no mercado de produto, e não no mercado de trabalho; (2) existe desemprego involuntário; (3) a poupança não determina o investimento; (4) uma economia monetária é fundamentalmente diferente de uma economia de escambo; (5) a teoria quantitativa da moeda mantém-se apenas sob pleno emprego; e (6) as economias capitalistas são guiadas pelos *animal spirits* que determinam as decisões de investimento dos empreendedores. Além disso, seguindo a taxonomia proposta por Hamouda e Harcourt (Hamouda e Harcourt, 1988), King inclui em sua definição de Pós Keynesianismo Kalecki, Sraffa e seus seguidores. Lavoie, por sua vez, está mais ligado à tradição kaleckiana, embora fique claro, pela sua defesa da definição ampla de Pós Keynesianismo de King, Hamouda e Harcourt, que não se opõe à inclusão de sraffianos e keynesianos fundamentalistas nessa escola de pensamento. Já Sheila Dow está mais associada à tradição do Pós Keynesianismo americano, e sua participação no debate está mais associada à discussão de questões metodológicas e à definição do Pós Keynesianismo em termos de método mais do que de estrutura analítica – ou seja, pode ser considerado Pós Keynesiano quem esteja inserido na ontologia definida pela lógica ordinária de Keynes.

Pode-se depreender do debate que há, na verdade, dois pontos fundamentais para a definição de economia Pós Keynesiana: (1) o *princípio da demanda efetiva*, ou seja, a ideia de que o produto e o emprego são determinados pela demanda agregada; e (2) os conceitos de *incerteza fundamental* e de *estado de confiança* como norteadores da tomada de decisão em uma *economia monetária de produção*, no qual a moeda não é neutra. O primeiro ponto é um aspecto comum entre os Pós Keynesianos de Cambridge e os Pós Keynesianos americanos, enquanto o segundo ponto está mais associado aos Pós Keynesianos americanos. O princípio da demanda efetiva pode ser alcançado tanto pela abordagem original de Keynes – que é a

abordagem utilizada pelos Pós Keynesianos americanos – quanto pelas abordagens de Kalecki e Sraffa – no caso de Sraffa, o próprio autor não abordou diretamente o tema, de forma que a defesa do princípio da demanda efetiva na obra de Sraffa é demonstrada na obra de Garegnani. Já os conceitos de incerteza fundamental, estado de confiança e economia monetária de produção são resgatados da obra de Keynes pelos Pós Keynesianos americanos e constituem o núcleo teórico dessa vertente de Pós Keynesianismo.

Apesar das discordâncias entre esses dois diferentes paradigmas dentro da própria tradição Pós Keynesiana, é importante que, conforme apontou Lavoie, compreenda-se porque eles diferem, e, ao mesmo tempo, ressalte-se suas similaridades, de forma que sejam criadas condições cada vez mais favoráveis ao desenvolvimento teórico-analítico das ideias seminais de Keynes. A definição restritiva de Davidson restringe demasiadamente as possibilidades de desenvolvimento de uma ampla frente heterodoxa que cumpra essa missão; ao invés dessa abordagem restritiva, é mais saudável que se encoraje o pluralismo teórico, pois, conforme aponta King:

“Uma vez que nenhuma teoria pode considerar todos os fatores relevantes em qualquer contexto econômico particular, há uma forte hipótese, *prima facie*, para o pluralismo teórico. Diferentes teorias serão muitas vezes complementares em vez de alternativas, de forma que buscar o domínio de uma teoria sobre todas as outras com o possível resultado de que todas as teorias rivais sejam extintas equivale a defender o regresso científico” (King, 2004).

Assim, mais importante do que o rótulo “Pós Keynesiano” é o mérito intrínseco de uma “combativa minoria” que luta pela formação de uma ampla frente heterodoxa que não se limite a modelos fechados e permita diferentes abordagens para os problemas econômicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVIDSON, P. Setting the record straight on *A History of Post Keynesian Economics*. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 26, n. 2, pp. 245-272, Inverno, 2003-04.

\_\_\_\_\_. Responses to Lavoie, King, and Dow on what Post Keynesianism is and who is a Post Keynesian. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 27, n. 3, pp. 393-408, Primavera, 2005.

DOW, S. C. Axioms and Babylonian thought: a reply. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 27, n. 3, pp. 385-391, Primavera, 2005.

KING, J. E. *A History of Post Keynesian Economics since 1936*. Cheltenham e Northampton, Edward Elgar, 2002.

\_\_\_\_\_. Three Arguments for Pluralism in Economics. *Post-Autistic Economics Review*, n. 23, Artigo 2, 5 de Janeiro de 2004.  
[http://www.btinternet.com/~pae\\_news/review/issue23.htm](http://www.btinternet.com/~pae_news/review/issue23.htm)

\_\_\_\_\_. Unwarping the record: a reply to Paul Davidson. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 27, n. 3, pp. 377-384, Primavera, 2005.

LAVOIE, M. Changing definitions: a comment on Davidson's critique of King's history of Post Keynesianism. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 27, n. 3, pp. 371-376, Primavera, 2005.